



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS-PPGCULT

JUVEIRCE CHRISTIANE MEDEIROS RAMOS CONDI

MÃOS QUE TECEM SENTIDOS: O CMILCG/MS E A POÉTICA DA DIFERENÇA

AQUIDAUANA
2025

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS - PPGCULT

JUVEIRCE CHRISTIANE MEDEIROS RAMOS CONDI

MÃOS QUE TECEM SENTIDOS: O CMILCG/MS E A POÉTICA DA DIFERENÇA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do Campus de Aquidauana, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Culturais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janete Rosa da Fonseca.

AQUIDAUANA
2025

MÃOS QUE TECEM SENTIDOS: O CMILCG/MS E A POÉTICA DA DIFERENÇA

Juveirce Christiane Medeiros Ramos Condi

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a Janete Rosa da Fonseca
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campus de Aquidauana (UFMS/PPGCULT)
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Richele Timm dos Passos da Silva
Universidade Federal de Pelotas (FAE/UFPEL)
Examinadora Externa

Prof. Dr. Antônio Firmino de Oliveira Neto
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Examinador

Prof.^a Dr.^a Helen Paola Vieira Bueno
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campus de Aquidauana (UFMS/PPGCULT)
Examinadora Interna

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho àqueles que representam a base e o sentido maior de minha vida.

Aos meus amados pais, Juvenílio da Cruz Ramos e Jairce da Guia Medeiros Ramos, pelo amor incondicional, pelos ensinamentos de perseverança e por serem meu porto seguro em todos os momentos.

Às minhas irmãs, Joyce Katiuccia e Jacklin Andreucce, por compartilharem esta jornada e por todo o apoio fraternal.

Ao meu companheiro e amado esposo, Paulo Condi, pelo carinho, paciência, compreendendo minhas ausências, me incentivando e por ter me dado força nos momentos de maior dificuldade.

E ao meu filho, Lorenzo Condi, para que este trabalho seja um pequeno exemplo da importância da busca pelo conhecimento e da dedicação aos próprios objetivos, sendo meu incentivo diário a novas conquistas.

Sem o apoio, paciência e a fé de vocês, esta conquista jamais teria sido possível.

Minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação é a materialização de uma jornada que, embora acadêmica, foi profundamente humana. Minha gratidão é dirigida primeiramente a Deus, que me concedeu a força, a saúde e a resiliência necessárias para atravessar cada etapa e celebrar esta conquista.

Este trabalho não seria possível sem a luz de duas orientações essenciais. Agradeço ao Prof. Dr. Antonio Firmino, que acolheu o desafio inicial, confiou em minhas ideias e ofereceu as primeiras contribuições que moldaram o caminho. E, com uma gratidão que é eterna, reconheço o trabalho de minha atual orientadora, Profa. Dra. Janete Rosa da Fonseca. Sua acolhida, desde o primeiro momento do Mestrado, transformou o processo. Ela foi a luz que guiou o estudo com sabedoria, empatia e amizade, indicando os autores e mostrando, com suavidade, o melhor caminho para conduzir esta pesquisa.

Minha profunda gratidão estende-se ao corpo docente do Programa, aos professores Fabio da Silva Souza, Miguel Rodrigues de Sousa Neto, Marina Brasiliano Salerno, Patrícia Zaczuk Bassinello e Vera Lúcia Ferreira Vargas, por enriquecerem o conhecimento e compartilharem seus saberes.

O coração desta pesquisa bate forte por causa da Comunidade Surda, que generosamente compartilhou histórias, experiências e a própria vida, servindo como a maior fonte de inspiração. Agradeço a todos os amigos da comunidade, seus diversos nomes formariam uma lista imensa, mas saibam que cada um de vocês é lembrado com imensa gratidão e aos colegas intérpretes que possibilitaram ricas trocas profissionais. Pessoas que tiveram grande importância desde o início do processo e que vibraram com essa nova etapa como o Dr. Bruno Nantes, Dra. Shirley Vilhalva, Andreza Sales e o Dr. Adriano Gianotto.

A estrutura para a realização deste trabalho foi o Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG), na Superintendência de Direitos Humanos, e agradeço a todos os que passaram pela gestão deste local essencial.

Agradeço aos meus queridos colegas de Mestrado, em especial a Debora Carmo dos Santos, Marcos Vinícius Pacheco Souza e Jhonatan Camara Gomes, pelo companheirismo no grupo de estudos, por compartilharem dúvidas e angústias e por celebrarem as vitórias.

Finalmente, dedico a maior gratidão à minha família, o alicerce emocional que me sustenta e me permite sonhar e realizar. Esta conquista é nossa.

EPÍGRAFE

“A gaivota cresceu e voa com suas próprias asas. Olho do mesmo modo como que poderia escutar. Meus olhos são meus ouvidos. Escrevo do mesmo modo que me exprimo por sinais. Minhas mãos são bilíngues. Ofereço-lhes minha diferença. Meu coração não é surdo a nada neste duplo mundo...”

Emmanuelle Laborri

RESUMO

Este estudo tem como foco o trabalho que é realizado no Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande/MS (CMILCG), analisado sob a ótica dos Estudos Culturais no período de 2021 a 2024. O CMILCG configura-se como uma importante iniciativa municipal voltada à mediação linguística entre surdos e ouvintes, promovendo o acesso à informação, à educação e aos serviços públicos por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A partir do arcabouço teórico do campo dos Estudos Culturais, que considera a cultura como lugar de disputas e significações, a pesquisa investigou como esse espaço institucional contribui para a visibilidade, valorização e reconhecimento da identidade surda na sociedade. Foram analisadas as práticas discursivas, ações institucionais e formas de representação dos sujeitos surdos no contexto da política pública de inclusão linguística. O estudo utilizou abordagem qualitativa, uma vez que evidencia a intenção de compreender e interpretar um processo, com o procedimento técnico da revisão bibliográfica e análise documental. Para a coleta de dados realizou-se questionários usuários surdos do centro. Observou-se que o CMILCG/MS representa mais que um local de tradução; ele opera como agente de transformação social ao contribuir para o fortalecimento da cultura surda e da cidadania. Ao reconhecer as diferenças e atuar no enfrentamento das desigualdades comunicacionais, o centro reafirma a importância da Libras como expressão legítima da diversidade cultural e linguística. A pesquisa aponta que experiências como essa devem ser fortalecidas como instrumento de justiça social e inclusão efetiva. O CMILCG através das mãos que tecem sentidos nos mostra a poética da diferença.

Palavras-chaves: Diferença. Estudos Culturais. Língua Brasileira de Sinais (Libras). Inclusão sociocultural

ABSTRACT

This study focuses on the work carried out at the Municipal Center for Sign Language Interpretation in Campo Grande/MS (CMILCG), analyzed from the perspective of Cultural Studies during the period from 2021 to 2024. The CMILCG is an important municipal initiative focused on linguistic mediation between deaf and hearing people, promoting access to information, education, and public services through Brazilian Sign Language (Libras). Based on the theoretical framework of Cultural Studies, which considers culture as a place of disputes and meanings, the research investigated how this institutional space contributes to the visibility, appreciation, and recognition of deaf identity in society. The discursive practices, institutional actions, and forms of representation of deaf subjects within the context of public policy on linguistic inclusion were analyzed. The study employed a qualitative approach, as it demonstrates the intention to understand and interpret a process, using the technical procedures of bibliographic review and document analysis. For was collected through questionnaires with deaf users of the center. It was observed that the CMILCG/MS represents more than just a translation center; it operates as an agent of social transformation by contributing to the strengthening of deaf culture and citizenship. By recognizing differences and acting to confront communication inequalities, the center reaffirms the importance of Libras (Brazilian Sign Language) as a legitimate expression of cultural and linguistic diversity. The research indicates that experiences like this should be strengthened as an instrument of social justice and effective inclusion. The CMILCG, through the hands that weave meaning, shows us the poetics of difference.

Keywords: Difference. Cultural Studies. Brazilian Sign Language (Libras). Sociocultural inclusion.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Periodicidade de utilização da CMIL	76
Gráfico 2 - Forma de conhecimento sobre a CMIL.....	77
Gráfico 3 - Percepção sobre a qualidade do atendimento na CMIL.....	80
Gráfico 4 - Serviços utilizados por áreas.....	83
Gráfico 5 - Grau de atendimento das necessidades através dos serviços oferecidos.....	84
Gráfico 6 - Grau de recomendação da CMIL.....	85
Gráfico 7 - Aspectos do atendimento com sugestão de melhorias.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos entrevistados.....	75
Tabela 2 – Percepção dos entrevistados sobre acesso e agendamento na CMIL.....	79
Tabela 3 – Serviços utilizados, áreas de atuação e percepção da qualidade.....	82

LISTA DE SIGLAS

AASI	Aparelho de Amplificação Sonora Individual
CAPED	Coordenadoria de Apoio a Pessoa com Deficiência
CCCS	Centro Cultural de Estudos Contemporâneos
CMIL	Centro Municipal de Interpretação de Libras
CMILCG	Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande/MS
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
MS	Mato Grosso do Sul
SDHU	Subsecretaria de Direitos Humanos

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - 1. ^a FORMAÇÃO CMILCG/MS (JUN/2021).....	63
Foto 2 - EQUIPE CMILCG E PREFEITO MARCOS TRAD.....	64
Foto 3 - 2. ^a FORMAÇÃO DE INTÉRPRETES CMILCG (NOV/2023)	66
Foto 4 - OUTUBRO ROSA/ 2023.....	70
Foto 5 - PARTO COM ACESSIBILIDADE LINGUISTICA (PAIS SURDOS).....	71
Foto 6 - NOVEMBRO AZUL COM ATENDIMENTO ACESSÍVEL A HOMENS... SURDOS.....	73
Foto 7 - ULTRASSOM HOMENS SURDOS DEZ/2024.....	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 ESTUDOS CULTURAIS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS: A BASE TEÓRICA PARA ANALISAR IDENTIDADE, REPRESENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA.....	21
2 CULTURA SURDA E A LUTA POR DIREITOS LINGUÍSTICOS NO BRASIL	29
2.1 Lei nº 14.191/2021- Consolidação dos Direitos linguísticos da comunidade surda.....	33
2.2 Estudos surdos e estudos culturais.....	36
3 ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA E OS CENTROS DE INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS.....	52
3.1 A interpretação de Libras como mediação cultural e política.....	54
3.2 O papel dos Centros de Interpretação na efetivação de direitos.....	57
3.3 Diretrizes e legislações relacionadas à acessibilidade linguística (Decreto nº 5.626/2005)	59
3.4 Panorama dos centros de interpretação no Brasil e o surgimento do CMILCG.....	60
4 EXPERIÊNCIAS, PERCEPÇÕES E PRODUÇÃO DE SENTIDOS: RESULTADOS DA PESQUISA NO CMILCG.....	68
4.1 Experiências e percepções de Sentidos.....	69
4.2 Perfil sociodemográfico dos entrevistados.....	74
4.3 Periodicidade de utilização da CMIL.....	75
4.4 Forma de conhecimento sobre a CMIL.....	76
4.5 Acesso e agendamento da CMIL.....	78
4.6 Percepção sobre a qualidade no atendimento.....	79
4.7 Serviços utilizados, áreas de atuação e percepção da qualidade dos serviços.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERENCIAS.....	91
ANEXO I.....	97
ANEXO II.....	99

INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas surdas na sociedade brasileira tem sido, nas últimas décadas, pautada por intensas discussões acadêmicas e políticas públicas. No centro dessas discussões está o direito à comunicação plena e acessível, assegurado por legislações nacionais e tratados internacionais. Nesse contexto, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) representa uma conquista fundamental, reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda. No entanto, a garantia da acessibilidade linguística não depende apenas do reconhecimento legal, mas da efetiva implementação de serviços e políticas públicas que promovam essa inclusão em espaços institucionais e sociais.

É fundamental considerar que, para a comunidade surda, o direito à comunicação não se resume ao acesso à informação, mas envolve o reconhecimento da Libras como expressão legítima de sua identidade cultural. Os centros de interpretação, nesse sentido, tornam-se espaços de afirmação linguística e política, promovendo a visibilidade da surdez como diferença e não como deficiência. Os Estudos Culturais, ao enfatizarem a valorização da diversidade e a contestação de discursos hegemônicos, oferecem um aporte teórico potente para interpretar essa atuação em seu aspecto simbólico e político. A intersecção entre Estudos Surdos e Estudos Culturais tem se revelado um campo fértil para a investigação acadêmica, abrangendo questões de identidade, língua, cultura e poder.

Essa perspectiva implica compreender o Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande - CMILCG/MS não apenas como um órgão técnico, mas como um agente cultural ativo, capaz de influenciar representações sociais sobre a surdez, de intervir nas práticas institucionais e de tensionar estruturas que historicamente invisibilizaram a população surda. Ao investigar sua atuação esta dissertação busca compreender como esse centro contribui para a construção de um novo paradigma de inclusão, pautado pelo respeito às singularidades culturais e pela promoção da equidade no acesso a direitos.

A diversidade cultural em Centrais de Interpretação de Libras é um campo muito vasto para pesquisas. Pode-se investigar como a interação entre intérpretes e usuários da Libras, de diferentes culturas, influenciam em suas identidades e na prática da interpretação de Libras. O objeto deste estudo é o Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (MS), CMILCG/MS, locado na Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos (SDHU) como parte da pasta da Coordenadoria de Apoio à Pessoa com Deficiência (CAPED), que tem por objetivo atender a comunidade surda para viabilizar acessibilidade linguística e cultural nos serviços públicos prestados pelo município.

O atendimento expande-se para outros serviços, como atendimento médico hospitalar, INSS, justiça, delegacias, UBS (Unidade Básica de Saúde), defensoria pública, Casa da Mulher Brasileira, Procon (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor) e em buscas por vagas de emprego, proporcionando acessibilidade linguística e inclusão da pessoa surda na comunidade.

De acordo com o Censo Demográfico 2022 (IBGE), Campo Grande - MS registrou 95.834 pessoas com alguma deficiência, o que corresponde a aproximadamente 11,4% da população do município. Desse total, 19.345 indivíduos relataram ter grande dificuldade de ouvir, enquanto 2.743 se declararam surdos. Esses dados evidenciam a significativa presença de pessoas com deficiência auditiva na capital sul-mato-grossense, destacando a necessidade de políticas públicas voltadas para acessibilidade e inclusão.

Nesse sentido, o objetivo geral desta dissertação é analisar o papel do CMILCG na promoção da inclusão social e linguística para a população surda da sociedade campo-grandense. Para isso, foram analisados os relatórios do CMILCG e realizou-se entrevistas com surdos atendidos pelo CMILCG que tiveram mais frequência, entre homens, mulheres, e pessoas surdas da comunidade LGBTQ+, no período entre junho de 2021 a dezembro de 2024, com amostra de 25 (vinte e cinco) pessoas surdas que mais frequentaram e utilizaram o serviço do CMIL em formato de questionário realizado com cada participante, sendo gravado sua opinião da pergunta final quanto o que pode ser melhorado na CMILCG.

O presente estudo partiu da seguinte problemática: Em que medida o Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG/MS) tem contribuído para efetivar a acessibilidade linguística e fortalecer a inclusão sociocultural da comunidade surda entre os anos de 2021 e 2024?

Desse modo, a problematização aqui está relacionada ao Centro de Interpretação de Libras do Município, quanto a sua existência e atuação se, com isso, garante-se a promoção de acessibilidade linguística, social e direitos das pessoas surdas.

O Centro Municipal iniciou seus trabalhos em 01 de junho de 2021 de forma remota durante o período pandêmico e, a inauguração oficial do CMILCG foi no dia 30 de setembro de 2021, como parte do calendário municipal, em que se comemora o dia do intérprete de libras municipal e nacional. Inicialmente foram contratados 4 (quatro) intérpretes para trabalhar 8 (oito) horas, com adequação de horário devido à pandemia, para atendimento das demandas da comunidade surda.

Em maio de 2022, um intérprete desligou-se devido a outra proposta de trabalho; em julho do mesmo ano, outra intérprete passou em concurso em outra instituição e se desligou, restando somente 2 (dois) intérpretes para atendimento das demandas, que já eram

sobrecarregadas devido à quantidade de atendimentos realizados. Em janeiro de 2023, a penúltima intérprete pediu afastamento pelo INSS, ficando somente uma intérprete para esses atendimentos.

Em outubro de 2023, foi realizado novo processo seletivo com 04 (quatro) vagas por prova de título, tendo a intérprete, autora desta dissertação, integrado esta nova equipe. O contrato temporário de 4 (quatro) novos profissionais intérpretes, selecionados nesse processo, iniciou em novembro de 2023. Em janeiro de 2024, um dos intérpretes contratados pediu demissão da CMIL para assumir cargo em outro município e, em julho de 2024, mais uma intérprete desistiu do contrato, devido incompatibilidade de horários. Até setembro de 2025, consta no Centro Municipal de Interpretação de Libras apenas um profissional intérprete para atendimentos da comunidade surda de Campo Grande.

No segundo semestre de 2023 foi contratado, como assessor governamental, um profissional surdo para compor o quadro de profissionais, o que incrementou ainda mais os atendimentos, fazendo com que os surdos que não conheciam o trabalho do CMIL passassem a conhecer, pois quem está validando é alguém da comunidade surda, com identidade cultural parecida com seus pares. Mesmo sendo oralizado, ele sinaliza e intermedia a comunicação com surdos que não sinalizam. Um trabalho essencial e que, culturalmente, traz maior credibilidade e confiabilidade para o surdo ao se ter alguém com a mesma cultura e identidade.

As experiências vivenciadas foram as mais diversas. De junho de 2021 a dezembro de 2024, foram registrados 4.562 atendimentos, realizados nos formatos: presencial (o surdo vai até o CMILCG e o intérprete faz o atendimento necessário); web chamada (atende-se o surdo por chamada de vídeo); atendimento in loco (o intérprete agenda horário e data e vai até o local indicado pelo surdo); eventos (solicitam a presença do intérprete para dar acessibilidade linguística) e; as mídias (vídeos produzidas pela secretaria ou prefeitura em que o intérprete realiza as interpretações).

Em relação a hipótese, percebe-se que, mesmo com a atuação da CMILCG, os resultados ainda não são suficientes para que os direitos das pessoas surdas sejam garantidos e as necessidades sociais da comunidade surda sejam, de fato, respeitadas. A análise permitiu sustentar a hipótese de que, embora a CMILCG desenvolva ações relevantes no âmbito da promoção da acessibilidade linguística e da defesa dos direitos da comunidade surda, os resultados alcançados ainda se mostram insuficientes para a efetivação plena desses direitos. Observa-se que a atuação do centro, apesar de necessária, não tem conseguido suprir integralmente as demandas sociais e comunicacionais das pessoas surdas, seja pela limitação estrutural do órgão, pela fragilidade na implementação das políticas públicas propostas ou pela

ausência de articulação intersetorial que garanta continuidade e impacto às suas iniciativas. Dessa forma, mesmo com esforços institucionais, as necessidades da comunidade surda permanecem parcialmente atendidas, evidenciando que a atuação da CMILCG, isoladamente, não tem produzido mudanças suficientemente robustas para assegurar o respeito e a garantia dos direitos dessa população.

Nesse contexto, a bricolagem se mostra compatível com os Estudos Culturais, em razão da flexibilidade característica dessa abordagem metodológica. Trata-se de uma metodologia que valoriza a criatividade e a capacidade de adaptação, o que a torna especialmente útil para investigações que exigem múltiplas perspectivas e abordagens interdisciplinares, como é o caso dos Estudos Culturais. A metodologia adotada é exploratória, bibliográfica e documental, alinhando-se com os pressupostos da pesquisa qualitativa. Dessa forma, a bricolagem contribui para uma análise mais abrangente e sensível às nuances socioculturais do que está sendo investigado. Conforme Neira e Lippi (2012), a opção pela bricolagem busca dar coerência aos posicionamentos político e epistemológico que inspiram a análise cultural, como é o caso desta pesquisa, pois, os Estudos Culturais consideram difícil, senão impossível, provocar transformações e mudanças nos quadros sociais sem que sejam modificadas ou alteradas as estruturas e hierarquias que regem a produção dos conhecimentos científicos. Como os Estudos Culturais nos permitem interpretar inúmeras facetas de fenômenos sociais, esta metodologia se adequa a esta perspectiva.

O bricoleur é aquele sujeito que atua com os recursos que tem à mão, sem buscar novas ferramentas ou materiais específicos para cada tarefa. Seu fazer é orientado por um universo instrumental fechado, no qual ele explora ao máximo os utensílios e materiais disponíveis. Essa limitação, longe de ser um empecilho, constitui a essência de sua prática: adaptar, improvisar e transformar objetos conforme a necessidade do momento. O bricoleur não segue um plano técnico detalhado, mas constrói com base na experiência e na intuição, estabelecendo relações criativas entre elementos que já estão à sua disposição. Os bricoleurs apelam para uma variedade de métodos, instrumentos e referenciais teóricos que lhes possibilitem acessar e tecer as interpretações de diferentes origens. Impulsionados pelos Estudos Culturais, denunciam as relações de poder que influenciam os discursos científicos postos em circulação.

Na contemporaneidade, outros referenciais são empregados para interpretar a realidade e produzir conhecimentos válidos. Sob esse ponto de vista, o espectro do sujeito autônomo e emancipado alardeado pela modernidade ruiu, pois todos nos encontramos envoltos em um emaranhado de significados culturais que constituem nossas identidades sociais (Hall, 1997), inviabilizando tanto a alienação quanto a emancipação. Trata-se de uma análise a partir dos Estudos Culturais, campo teórico

que compreende a identidade como produto de uma construção discursiva. (Neira e Lippi, 2012, p.608)

Essa forma de atuação envolve um tipo de conhecimento que se constrói na prática, na tentativa e erro, e na ressignificação constante dos meios disponíveis. A regra fundamental do bricoleur é aproveitar ao máximo um repertório limitado de instrumentos, sempre buscando soluções que estejam dentro de seu alcance imediato. Essa postura valoriza a flexibilidade, a inventividade e a capacidade de fazer muito com pouco. Em vez de criar um sistema, ele reinventa o existente, conferindo-lhe novos usos e sentidos. Assim, o bricoleur representa uma forma de saber que se contrapõe ao modelo técnico e racional, revelando outras possibilidades de criação e resolução de problemas.

Considerando o objetivo do trabalho a abordagem da bricolagem, juntamente com a pesquisa exploratória, dar-se-á para aprofundar o universo de estudo escolhido que é o Centro municipal de interpretação de Libras de Campo Grande (MS).

Pela recente constituição do CMIL, em 2021 e, por não haver um portal com as informações compiladas referentes a quantidade, os tipos de atendimentos realizados (presencial, on-line ou in loco) e as ações relevantes (que sem a intermediação da CMIL não seria possível), as análises tornam-se mais difíceis. Alia-se o fato de ser um assunto incipiente e não existirem dados oficiais sobre a população surda de Campo Grande, apesar da existência de informações sobre a população surda brasileira, conforme Pesquisa Nacional de Saúde - PNS (2021).

Observa-se que, entre as pessoas de 5 a 40 anos que relataram ter alguma dificuldade auditiva, cerca de 1,7 milhão enfrentam esse desafio. Dentre elas, aproximadamente 153 mil sabem usar a Libras, o que representa 9,2% desse grupo. É interessante notar que, entre os deficientes auditivos, ou seja, aqueles com muita dificuldade ou que não conseguem ouvir de forma alguma, a porcentagem de pessoas que conhecem Libras é significativamente maior, chegando a 22,4%. Além disso, para aqueles que não conseguem ouvir de jeito nenhum, a relevância da Libras é ainda mais evidente, com 61,3% (cerca de 43 mil pessoas) sabendo utilizá-la. Isso mostra a importância da Libras como uma ferramenta de comunicação essencial para pessoas com deficiência auditiva (PNS, 2021, p. 40)

A metodologia, no que se refere aos objetivos da pesquisa, classificou-se como exploratória como assevera Lakatos e Marconi (2017), esse tipo de pesquisa é caracterizada pela flexibilidade e pela busca de novos insights, sendo ideal para áreas pouco estudadas ou quando se deseja aprofundar o conhecimento sobre um assunto. Devido ao tema ser pouco explorado, não se ter referencial teórico suficiente sobre o mesmo, classificou-se como uma pesquisa exploratória, conseguindo ter novas perspectivas sobre o universo investigado e

respondendo aos problemas em torno desse universo. A familiaridade com o universo de estudo proporcionou um aprofundamento das vivências e experiências junto à comunidade surda. A participação direta como intérprete de Libras foi crucial, permitindo a adaptação e a construção de estratégias comunicacionais em tempo real, o que pode ser metaforicamente compreendido como o exercício da bricolagem.

Essa abordagem, baseada na vivência e experiência direta com o objeto de estudo, busca compreender a cultura e os significados de um grupo social a partir da imersão do pesquisador em seu contexto.

[...] nos sentimos sujeitos militantes surdos, sentimos resistência, também participamos da experiência, também nos descrevemos como sujeitos culturais. Também lidamos na temporalidade presente, sentimos as idas e vindas nas emaranhadas tramas de poderes do contemporâneo que insiste, resiste e avança desordenadamente num ritmo frenético. Somos militantes e já chegamos, às vezes, às condições radicalmente necessárias, somos este tipo de pesquisadores que traz a resistência e a insistência contemporânea (Alcantra, 2021, p.30).

Por ter contato constante com a comunidade surda e experienciar os anseios e barreiras encontradas durante todo o percurso de atendimento no CMILCG, optou-se pela bricolagem para abordar esse universo de estudo. Dentro da perspectiva da bricolagem, que articula diferentes referenciais teóricos para compreender a complexidade dos fenômenos socioculturais, as contribuições de Stuart Hall e Homi K. Bhabha tornam-se particularmente fecundas. Hall, um dos fundadores dos estudos culturais, problematiza as relações entre cultura, poder e identidade, oferecendo elementos essenciais para pensar os processos de representação e significação que atravessam a prática etnográfica. Já Bhabha, ao discutir pós-colonialismo, hibridismo cultural e ambivalência do poder, amplia essa tessitura analítica ao evidenciar como identidades e práticas culturais são construídas em territórios de contato, negociação e deslocamento. Assim, ao reunir esses autores sob a lógica da bricolagem, torna-se possível compor uma leitura mais abrangente e sensível das dinâmicas culturais, entendendo a identidade e a representação como construções múltiplas, híbridas e continuamente rearticuladas.

Com isso as pesquisas nas áreas de forma documental (fotos e relatórios existentes no próprio CMIL) e bibliográfica, com referências na área do estudo cultural e estudos surdos, são fundamentais para que essa intersecção possa ser feita, utilizando autores como Stuart Hall, Homi Bhabha, Foucault e outros da área dos estudos culturais.

É inegável que a junção de bricolagem e pesquisa exploratória revela um campo de investigação rico, particularmente nos Estudos Culturais. Segundo Levi-Strauss (1962), o *'bricoleur'* é capaz de executar tarefas diversificadas.

A metodologia de bricolagem foi inicialmente popularizada pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss em seu livro "O Pensamento Selvagem" (1962). Lévi-Strauss utilizou o termo "bricolagem" para descrever um modo de pensamento e ação caracterizado pela utilização de recursos disponíveis, sem um plano predefinido, para criar soluções e significados. Portanto, Lévi-Strauss não "inventou" a bricolagem, mas sim popularizou o termo e o utilizou para descrever um fenômeno cultural e cognitivo presente em diversas áreas da atividade humana.

A experiência de vivenciar as dificuldades que os surdos enfrentam para se comunicar em Libras em diversos locais evidencia a necessidade de maior compreensão da cultura e identidade surda. E quem faz essa intermediação é o profissional intérprete que se adequa em diversas situações, como num posto de saúde ou num atendimento judiciário. O intérprete precisa se recombinar ou achar estratégias para intermediar tal comunicação, para que haja um entendimento efetivo do que está sendo falado.

Dessa forma, esta Dissertação está organizada em três capítulos, seguidos pela apresentação dos resultados, discussões e considerações finais. No primeiro capítulo, discutem-se os Estudos Culturais e seus principais fundamentos teóricos e metodológicos, estabelecendo o arcabouço conceitual que orienta a pesquisa. O segundo capítulo aborda a cultura surda e a luta pelos direitos linguísticos no Brasil, avançando para a análise da educação bilíngue de surdos à luz da Lei nº 14.191/2021, por meio de seu histórico, processos de implementação e percepções de lideranças surdas, além de explorar as interconexões entre os Estudos Surdos e os Estudos Culturais.

No terceiro capítulo, são examinadas a acessibilidade linguística e a atuação dos Centros de Interpretação de Libras, discutindo-se a interpretação em Libras como prática de mediação cultural e política. Abordam-se, ainda, o papel desses centros na efetivação de direitos, as diretrizes e legislações relativas à acessibilidade linguística, especialmente o Decreto nº 5.626/2005, o panorama nacional desses serviços e o surgimento da CMILCG. Por fim, apresentam-se os resultados e as discussões da pesquisa, culminando nas considerações finais.

1 ESTUDOS CULTURAIS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS: A BASE TEÓRICA PARA ANALISAR IDENTIDADE, REPRESENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA

Este capítulo apresenta o referencial teórico que sustenta a análise desenvolvida nesta pesquisa, tomando os Estudos Culturais como eixo central para a compreensão das relações de poder, identidade e representação que atravessam a experiência social das pessoas surdas. Ao adotar essa perspectiva, entende-se a cultura não como um conjunto estático de significados, mas como um campo dinâmico de disputas, negociações e produções de sentido que moldam práticas, discursos e formas de participação social.

Os fundamentos teóricos dos Estudos Culturais — especialmente as contribuições de Stuart Hall, Raymond Williams e Homi K. Bhabha — oferecem instrumentos analíticos para examinar como se constroem identidades e representações e de que modo essas construções influenciam o acesso a direitos e políticas públicas. Assim, este capítulo mobiliza tais aportes para iluminar as experiências da pessoa surda, destacando como a língua de sinais, a diferença, o hibridismo e as relações de poder se articulam na produção de sentidos que atravessam sua participação social. Ao enfatizar a língua como marca identitária e eixo de organização cultural, busca-se compreender de que modo esses elementos influenciam a configuração da acessibilidade linguística em Libras e a forma como os direitos linguísticos são negociados e reconhecidos na prática.

Dessa maneira, ao integrar o arcabouço dos Estudos Culturais à leitura do campo prático investigado, busca-se compreender como determinados sentidos são produzidos e legitimados na sociedade, afetando diretamente o reconhecimento da Libras, a mediação cultural desempenhada por intérpretes e o papel institucional de espaços como os Centros de Interpretação. Essa articulação teórica possibilita, portanto, analisar criticamente os processos que estruturam a vivência surda e a efetivação de seus direitos linguísticos.

Segundo Johnson (2014), p. 52: é importante estudar a cultura a partir da vida cotidiana, reconhecendo as diferenças culturais e evitando visões dominantes ou ideológicas. Os estudos culturais devem ser autocríticos atentos às relações de poder e às condições sociais que moldam tanto os sujeitos pesquisados quanto os próprios pesquisadores. Grossberg (2015), coloca que é preciso contar outros tipos de histórias e mostrar outras estratégias. A etnografia e outras formas de análise cultural devem respeitar as culturas que estudam, valorizando-as como formas legítimas de experiência e expressão social, e não como simples curiosidades, respeitando as culturas estudadas, sem tratar de forma capacitista.

Ser crítico sem normalizar as hierarquias sociais. O estudo da cultura faz com que se estude as relações de poder. Os estudos culturais buscam, portanto, evitar visões ideológicas e generalizações simplistas, pois o reconhecimento das diferenças culturais é essencial. É preciso entender os momentos concretos e privados da vida cultural, não apenas suas formas públicas, mas analisar como as pessoas surdas vivem, e constroem sentidos no cotidiano.

Quando deslocamos os nossos olhares para estudos e pesquisas produzidos na perspectiva dos Estudos Culturais, podemos repensar como nossas análises podem influenciar no processo de in/exclusão e, também se pensarmos os discursos como marcadores que operam de forma excludente para qualificar a inclusão paradoxalmente. Nesse contexto contraditório e incerto da inclusão, surgem os Estudos Culturais como uma perspectiva por meio da qual pode-se buscar significado para a cultura, uma vez que, por sua natureza dinâmica, por seu caráter interdisciplinar e transitório e por se articular com diversas áreas da produção do conhecimento, os Estudos Culturais tornam-se imprescindíveis para as pesquisas em torno do indivíduo e sua relação com a sociedade e com os atravessamentos socioculturais e políticos que envolvem a vida do sujeito. Nessa direção, apresentamos o estado da arte realizado com vários autores sobre o conceito e a aplicabilidade do campo dos estudos culturais

Para Esgosteguy (2014), p.71: “Os estudos culturais têm uma natureza interdisciplinar, integrando a sociologia, a antropologia, comunicação, literatura entre outras. Surgindo da insatisfação com os limites das disciplinas tradicionais e da necessidade de compreender a cultura como parte da vida social”.

O campo se consolida nos anos de 1960, com o centro de Estudos Culturais Contemporâneos (CCCS) da Universidade de Birmingham, fundada por Richard Hoggart e posteriormente dirigida por Stuart Hall. A partir das pesquisas da classe operária britânica, buscando entender como a cultura expressava e transformava as condições sociais.

Influenciado por métodos qualitativos, etnografia e fenomenologia, o campo valoriza a cultura vivida, das experiências e dos significados construídos pelos sujeitos. Rejeitam o reducionismo econômico do marxismo tradicional e adotam a ideia de autonomia relativa da cultura, influenciados por Gramsci e sua teoria da hegemonia.

A Contribuição de Antonio Gramsci é, aqui, fundamental, pois mostra como a mudança pode ser construída dentro do sistema. A teoria da hegemonia gramsciana pressupõe a conquista do consentimento. O movimento de construção da direção política da sociedade pressupõe complexas interações e empréstimos entre culturas populares e a cultura hegemônicas. (Esgosteguy, 2014, p. 75)

Portanto, há uma valorização de métodos qualitativos e etnográficos, reconhecendo a cultura popular como espaço de resistência e negociação. O campo pode se expandir para temas como mídia, identidades e poder, mantendo uma abordagem crítica e plural.

Fazendo com que dessa forma tenha um olhar sobre a cultura vivida e as diversas experiências culturais, os estudos culturais buscam compreender as formas reais de vida e expressão cultural dos grupos sociais e o Centro de Interpretação faz exatamente isso, reconhecendo e valorizando a cultura surda (com sua Língua, no caso a Libras, identidade e modos próprios de comunicação).

Tendo assim a concordância de que ambos defendem o respeito a diversidade e o direito a expressão cultural. Stuart Hall (2003) e outros autores destacam que toda cultura está envolvida em relações de poder havendo culturas dominantes e culturas dominadas. O Centro de Interpretação de Libras atua para quebrar barreiras de exclusão e dominação linguística, garantindo o acesso equitativo à comunicação, à informação e aos serviços públicos.

Com os estudos culturais mostram que as culturas não são isoladas, mas que se transformam por meio do contato, diálogo e trocas. O Centro realiza esse papel de mediação intercultural, promovendo o entendimento entre o mundo surdo e o mundo ouvinte, ampliando de certa forma o respeito mútuo entre diferentes grupos.

O CMILCG pode contribuir para dar visibilidade positiva a comunidade surda, combatendo estereótipos e tentando proporcionar uma representação digna a comunidade surda. Para Hall (2016) p. 21, “cultura é prática social, e estudar cultura é compreender como as pessoas produzem sentido e constroem cidadania”.

O Centro é uma prática cultural viva, assegurando o direito de comunicar-se participar e pertencer à vida pública por meio da intermediação do intérprete de Libras que acompanha e pode interpretar o que o surdo quer dizer ou expressar. Seja na consulta médica, para relatar sobre uma alergia que esteja manifestando, ou na justiça, para informar casos referentes à guarda de um filho ou mesmo uma pensão alimentícia, esse indivíduo surdo pode expressar sua vontade e o que realmente quer relatar de forma clara e completa. A garantia da expressão e da vontade do indivíduo surdo em contextos como saúde e justiça é assegurada pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e pelo Decreto nº 5.626/05, que obrigam a disponibilização de Intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para que a comunicação seja efetiva, mas que infelizmente não é cumprido, deixando muitas vezes o surdo desassistido.

A participação nas atividades do Centro Municipal de Interpretação, acompanhando o trabalho desenvolvido junto às pessoas surdas em diferentes contextos — como delegacias, entrevistas de empregos, partos, defensoria, unidades do INSS e etc. — Constituiu uma experiência relevante para a compreensão prática dos processos de inclusão e mediação cultural. Essa vivência permitiu observar como a comunicação em Libras e o trabalho dos intérpretes contribuem para garantir o acesso aos direitos e à cidadania, promovendo a equidade nas interações sociais.

Sob a perspectiva dos Estudos Culturais, tal experiência evidencia que a cultura deve ser entendida como uma prática social dinâmica, na qual identidades e significados são continuamente construídos e negociados. Conforme propõe Stuart Hall (2003), o reconhecimento das diferenças culturais é fundamental para a superação das desigualdades simbólicas e para o fortalecimento de uma sociedade mais democrática. Assim, o trabalho realizado pelo Centro Municipal de Interpretação representa, na prática, a valorização da diversidade cultural e o exercício efetivo da cidadania por meio da comunicação acessível e inclusiva.

Os Estudos Culturais emergiram no Reino Unido na década de 1960, em um contexto de transformações sociais e culturais significativas. A fundação do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) na Universidade de Birmingham, sob a liderança de Richard Hoggart, marcou o início formal desse campo interdisciplinar. O CCCS tornou-se um espaço de investigação crítica sobre as práticas culturais cotidianas, especialmente aquelas relacionadas às classes trabalhadoras e às juventudes urbanas, buscando compreender como a cultura é produzida, consumida e contestada em contextos específicos.

Raymond Williams, embora não tenha integrado diretamente o CCCS, exerceu influência significativa sobre os Estudos Culturais. Em obras como "Culture and Society" (1958) e "The Long Revolution" (1961), Williams propôs uma visão de cultura como um "modo de vida", enfatizando a importância das práticas culturais na constituição das experiências sociais. Ele introduziu o conceito de "materialismo cultural", que considera a cultura como parte integrante dos processos históricos e das relações de produção, desafiando a separação entre cultura e economia.

Stuart Hall foi um dos principais teóricos dos Estudos Culturais, expandiu as abordagens do CCCS ao incorporar questões de raça, etnia, gênero e mídia. Em seu ensaio "Encoding/Decoding", Hall propôs um modelo comunicativo que reconhece a complexidade da produção e recepção das mensagens midiáticas, destacando que os significados não são fixos,

mas negociados pelos receptores com base em suas experiências e contextos sociais. Essa perspectiva enfatiza a agência dos sujeitos na interpretação das mensagens culturais.

Homi Bhabha (2013), teórico pós-colonial, contribuiu para os Estudos Culturais ao introduzir conceitos como "hibridismo", "ambivalência" e "terceiro espaço". Em "The Location of Culture" (1994), Bhabha argumenta que as identidades culturais são formadas em espaços de interseção e negociação, desafiando as concepções essencialistas de cultura. Seu trabalho destaca a importância das experiências coloniais e pós-coloniais na formação das subjetividades e das práticas culturais contemporâneas

Os Estudos Culturais consolidaram-se como campo interdisciplinar a partir das contribuições do Centro de Birmingham, conforme destacado por Lara e Rich (2017), que analisam sua ruptura epistemológica com as teorias culturais tradicionais. Essa perspectiva, inicialmente influenciada pelo marxismo gramsciano, evoluiu para incorporar discussões sobre identidade e representação, conforme Wortmann, Santos e Ripoll (2019) demonstram ao investigar os processos de significação cultural em contextos educacionais.

A natureza híbrida do campo que articula teoria crítica e empiria, foi sistematicamente examinada por Bonin et al (2020) em revisão sobre metodologias de pesquisa culturalmente sensíveis. Eles investigaram as práticas institucionais em ambientes escolares, destacando como as representações de gênero e sexualidade são construídas e desafiadas nas interações cotidianas. Eles enfatizam a necessidade de políticas educacionais que promovam a equidade e o respeito à diversidade, reconhecendo as múltiplas identidades dos estudantes. Essa análise revela a importância de uma abordagem culturalmente sensível nas práticas institucionais.

Gomes e Silva (2021) exploram as interseções entre cultura, identidade e políticas públicas, argumentando que a compreensão das dinâmicas culturais é essencial para a efetividade das políticas sociais. Eles propõem uma abordagem que considere as experiências e os saberes dos sujeitos, promovendo a inclusão e a participação ativa nas decisões políticas. Essa perspectiva reforça o papel dos Estudos Culturais na análise e formulação de políticas públicas.

Cardoso e Lima (2021) analisam a relação entre cultura digital e políticas públicas, destacando os desafios e as oportunidades que as tecnologias digitais apresentam para a participação cidadã e a democratização da informação. Eles argumentam que as políticas devem considerar as práticas culturais emergentes no ambiente digital, promovendo o acesso equitativo e a inclusão digital. Essa abordagem amplia o escopo dos Estudos Culturais para as novas tecnologias e suas implicações sociais.

Marani, Sá e Lara (2021) investigam as práticas culturais em contextos escolares, enfatizando a importância de reconhecer e valorizar as culturas juvenis nas políticas educacionais. Eles argumentam que a escuta e o diálogo com os estudantes são fundamentais para a construção de ambientes escolares mais inclusivos e participativos. Essa perspectiva destaca o papel dos Estudos Culturais na promoção da equidade e da justiça educacional.

Eugênio e Silva (2022) exploram as práticas culturais em comunidades tradicionais, analisando como as políticas públicas podem apoiar a preservação e o fortalecimento dessas culturas. Eles destacam a importância de políticas que reconheçam a autonomia e os saberes das comunidades, promovendo a sustentabilidade cultural e o respeito à diversidade. Essa abordagem reforça o compromisso dos Estudos Culturais com a valorização das culturas locais.

Araújo, Souza e Marani (2022) investigam as práticas culturais em ambientes urbanos, analisando como as políticas públicas podem promover a inclusão e a participação dos grupos marginalizados. Eles argumentam que a cultura deve ser reconhecida como um direito e um recurso para a transformação social, destacando a importância de políticas que promovam a equidade e a justiça cultural. Essa perspectiva amplia o alcance dos Estudos Culturais na análise das dinâmicas urbanas.

Pereira Filho, Irber e Marani (2023) analisam as práticas culturais em contextos de vulnerabilidade social, destacando como as políticas públicas podem apoiar a resistência e a resiliência das comunidades. Eles enfatizam a importância de políticas que reconheçam as capacidades e os saberes dos sujeitos, promovendo a inclusão e a justiça social. Essa abordagem reforça o papel dos Estudos Culturais na análise das desigualdades sociais.

Grando e Marani (2023) investigam as práticas culturais em contextos de migração, analisando como as políticas públicas podem apoiar a integração e o reconhecimento das identidades culturais dos migrantes. Eles argumentam que as políticas devem promover o diálogo intercultural e o respeito à diversidade, reconhecendo as contribuições culturais dos migrantes para a sociedade. Essa perspectiva destaca a importância dos Estudos Culturais na análise das dinâmicas migratórias.

Barboza (2024) contribui para essa discussão ao explorar as relações entre cultura, identidade e mídia, destacando como os meios de comunicação desempenham um papel crucial na construção e disseminação de significados culturais. Ele analisa como as representações midiáticas influenciam as percepções de identidade e cultura, e como podem ser espaços de resistência e transformação.

Sandoli e Marani (2024) ampliam essa análise ao investigar as interações entre cultura, tecnologia e sociedade, destacando como as novas tecnologias estão moldando as práticas

culturais e as relações sociais. Eles exploram como as tecnologias digitais estão transformando as formas de produção, consumo e disseminação cultural, e como essas mudanças impactam as identidades e as dinâmicas sociais.

Irber (2024) propõe uma reflexão sobre as metodologias de pesquisa em Estudos Culturais, enfatizando a importância de abordagens que considerem as especificidades culturais, sociais e políticas dos contextos investigados. Ele destaca a necessidade de metodologias que sejam sensíveis às dinâmicas locais e que promovam a participação ativa dos sujeitos pesquisados.

A consolidação dos Estudos Culturais implica o reconhecimento da cultura como processo dinâmico e relacional, atravessado por tensões entre dominação e subversão. Sandoli e Marani (2024) destacam que esse campo se estrutura sobre pressupostos pós-estruturalistas, acolhendo influências do marxismo, do feminismo e dos estudos pós-coloniais. Tais fundamentos sustentam uma abordagem crítica voltada à desnaturalização das identidades e à análise das relações de poder que configuram os discursos culturais. A crítica à essencialização da cultura é, portanto, central à metodologia adotada.

Nesse sentido, os Estudos Culturais rejeitam a ideia de uma cultura homogênea, reconhecendo a multiplicidade de vozes e práticas que compõem os contextos sociais. Conforme Irber (2024), essa multiplicidade se manifesta em práticas cotidianas, mídias, instituições e representações simbólicas, o que exige um olhar atento à historicidade e aos deslocamentos de sentido. A análise cultural deve, assim, articular a dimensão empírica com a teórica, considerando as contradições presentes nos processos sociais. Isso implica compreender a cultura como território de conflito e não como consenso.

Bonifácio (2024) observa que a metodologia nos Estudos Culturais é caracterizada por uma postura investigativa flexível, baseada na interdisciplinaridade e na problematização contínua das categorias analíticas. O trabalho do pesquisador envolve um compromisso ético-político com a realidade estudada, evitando distanciamentos artificiais. A etnografia, a análise de discurso e o estudo de caso são ferramentas recorrentes, permitindo captar os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências. Desse modo, o conhecimento produzido é situado e implicado, rejeitando a neutralidade científica.

A abordagem cultural exige, portanto, um deslocamento epistemológico que valorize os saberes locais e as narrativas marginalizadas. Arantes e Medeiros (2024) argumentam que o campo privilegia o estudo de grupos subalternos e minorias sociais, contribuindo para a visibilização de formas alternativas de existência e resistência. A crítica à colonialidade do saber é uma constante, orientando práticas de pesquisa comprometidas com a justiça epistemológica.

Nessa lógica, o pesquisador assume uma postura dialógica e horizontal com os sujeitos investigados.

Além disso, os Estudos Culturais enfatizam a importância da linguagem como meio de constituição da realidade social e das subjetividades. Fonseca e Portocarrero (2025) ressaltam que os discursos não apenas refletem o mundo, mas participam ativamente de sua construção, regulando o que pode ser dito, pensado e vivido. A análise dos discursos culturais, portanto, permite evidenciar mecanismos de exclusão e formas de resistência simbólica. A linguagem, nesse contexto, é compreendida como campo estratégico de disputa ideológica.

A construção do objeto de pesquisa em Estudos Culturais demanda sensibilidade às tramas sociais e ao contexto em que se insere. O pesquisador precisa reconhecer os atravessamentos de classe, raça, gênero e sexualidade que estruturam as experiências culturais. A interseccionalidade torna-se, assim, um princípio norteador da análise, permitindo captar a complexidade das práticas sociais. Essa perspectiva amplia o entendimento da cultura como prática situada, histórica e politicamente orientada.

Em síntese, os Estudos Culturais constituem um campo teórico e metodológico comprometido com a transformação social e com a valorização das vozes historicamente silenciadas. Através da análise crítica das práticas culturais, busca-se compreender como se constituem os sentidos, as identidades e as relações de poder em diferentes contextos. A interdisciplinaridade, a reflexividade e a implicação política são marcas centrais dessa abordagem. Dessa forma, os Estudos Culturais contribuem para a produção de saberes que reconhecem e respeitam a diversidade das experiências humanas.

2 CULTURA SURDA E A LUTA POR DIREITOS LINGUÍSTICOS NO BRASIL

O presente capítulo propõe uma análise aprofundada da **Cultura Surda no Brasil** e sua intrínseca relação com a histórica **luta por direitos linguísticos**. Longe de ser apenas uma condição audiológica, a surdez, neste contexto, é abordada como uma experiência visual e cultural que molda identidades, saberes e práticas sociais específicas. O texto explora como a comunidade surda, por meio de mobilizações contínuas, confrontou o paradigma oralista dominante e pressionou pelo reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais (Libras). O objetivo é traçar o percurso que levou a marcos legislativos, como a Lei nº 10.436/2002, e discutir os desafios que ainda permeiam a efetiva implementação desses direitos no cenário brasileiro contemporâneo.

A Cultura Surda no Brasil constitui um campo complexo de saberes, práticas e identidades, construído historicamente por sujeitos que compartilham a experiência da surdez e a utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio principal de comunicação. Essa cultura não se reduz à condição biológica da surdez, mas abrange valores, modos de vida, formas de expressão artística e uma visão de mundo própria, estruturada em torno da experiência visual. O reconhecimento da Cultura Surda representa, portanto, um avanço na compreensão da diversidade humana, rompendo com a perspectiva hegemônica que historicamente marginalizou os surdos.

Segundo Carvalho et al (2024), a luta por direitos linguísticos no Brasil está intrinsecamente ligada ao processo de afirmação da identidade surda e ao reconhecimento da Libras como língua oficial. Durante décadas, os surdos foram submetidos a práticas educacionais oralistas que negavam o uso da língua de sinais e impunham a normatividade ouvinte. Esse cenário começou a mudar com mobilizações da comunidade surda e de seus aliados, que pressionaram por políticas públicas de inclusão linguística. O reconhecimento legal da Libras pela Lei nº 10.436/2002 representou um marco importante, mas os desafios ainda persistem em sua efetiva implementação.

A garantia dos direitos linguísticos envolve o acesso à Libras em múltiplos contextos: educação, saúde, justiça, cultura e comunicação. No entanto, Bonifácio (2024), entende que a ausência de intérpretes qualificados, a escassez de materiais bilíngues e a falta de formação adequada de profissionais comprometem esse direito básico. A luta da comunidade surda, nesse sentido, não é apenas por acessibilidade, mas por reconhecimento pleno de sua língua e cultura

como elementos constitutivos da cidadania. A efetivação desses direitos implica transformar estruturas institucionais para que respeitem e acolham a diferença.

A mobilização por direitos linguísticos também representa uma forma de resistência política e afirmação cultural diante de um modelo social historicamente excludente. Na visão de Francisco e Argôlo (2025), a Cultura Surda emerge como território de luta e produção de sentidos, promovendo a valorização das identidades surdas e o fortalecimento de suas redes de apoio. A luta pela visibilidade e pelo reconhecimento da cultura surda se articula com movimentos sociais que buscam despatologizar a deficiência e promover uma compreensão mais inclusiva das diversidades. Nesse contexto, ganha destaque uma noção de resistência cultural, conforme exposta por Bourdieu (1984), ao enfatizar como grupos marginalizados utilizam suas práticas culturais para afirmar suas identidades e reivindicar direitos.

A consolidação de espaços bilíngues e a visibilidade das práticas culturais surdas são conquistas que reafirmam a importância da Libras na construção de um Brasil mais justo e plural. Reconhecer a surdez como diferença linguística e cultural é, portanto, um passo essencial na promoção dos direitos humanos.

A surdez, historicamente tratada sob a ótica médica como uma deficiência a ser corrigida, vem ganhando novas interpretações a partir de perspectivas socioculturais. Segundo Albres e Santiago (2012), é necessário romper com a visão patologizante da surdez e reconhecer os sujeitos surdos como membros de uma comunidade linguística e cultural específica. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) desempenha papel central nesse processo, pois é por meio dela que se constitui a identidade surda. Assim, a surdez passa a ser compreendida não como ausência, mas como uma diferença cultural legítima. Esse deslocamento epistêmico promove a valorização da diversidade humana.

De acordo com Brito (2013), o reconhecimento da surdez como identidade cultural está intimamente ligado à valorização das práticas sociais, dos valores e da história compartilhada entre os surdos. A autora destaca que a cultura surda é marcada por expressões artísticas visuais, formas de comunicação visual-espacial e experiências sociais singulares. Essa cultura se fortalece em espaços coletivos como escolas bilíngues, associações de surdos e eventos culturais próprios. A construção identitária é, portanto, um processo social mediado por práticas coletivas. O pertencimento à comunidade surda é, para muitos, fonte de orgulho e resistência.

Abreu (2023) reforça a importância de considerar a surdez a partir do paradigma da diferença, e não da deficiência, o que implica mudanças na forma como a sociedade compreende e interage com os surdos. A autora afirma que a inclusão verdadeira só é possível quando há respeito às especificidades linguísticas e culturais dessa população. Isso exige

políticas públicas que garantam o acesso à educação bilíngue, à interpretação em Libras e ao reconhecimento da cultura surda. Dessa maneira, promove-se a equidade, e não apenas a integração forçada ao modelo ouvinte. A identidade surda, então, se afirma como uma construção ativa e legítima.

Conforme Almeida e Menezes (2022), a surdez deve ser entendida em um contexto ampliado de direitos humanos, em que o respeito às identidades culturais é condição para a cidadania plena. Os autores salientam que a perspectiva inclusiva deve superar o assistencialismo e promover a valorização da diferença como princípio ético e político. Nesse sentido, a educação inclusiva precisa garantir o protagonismo dos surdos e considerar sua língua natural como instrumento de aprendizagem e expressão. A escola, portanto, não pode ser um espaço de adaptação à norma ouvinte, mas sim de diálogo entre culturas. Essa abordagem contribui para o fortalecimento da identidade surda.

Eugênio e Silva (2022) apontam que a construção da identidade surda envolve a articulação entre aspectos subjetivos e coletivos, sendo profundamente marcada pelo contato com outros sujeitos surdos. A socialização em ambientes onde a Libras é a língua principal possibilita o reconhecimento de si como parte de uma coletividade. Esse processo identitário também é influenciado pelas experiências de exclusão ou valorização vividas no ambiente familiar, escolar e social. A constituição de uma identidade surda forte está ligada à aceitação da própria diferença. Assim, o contato com a comunidade surda é essencial para o empoderamento.

Arantes e Medeiros (2024) observam que a abordagem cultural da surdez exige o reconhecimento das múltiplas formas de ser surdo, considerando as interseccionalidades que atravessam esses sujeitos. Gênero, classe social, raça e regionalidade influenciam nas formas de vivenciar a surdez e compõem identidades diversas dentro da própria comunidade surda. A valorização dessas diferenças internas fortalece a ideia de cultura como espaço de pluralidade. Além disso, os autores defendem que o conhecimento sobre a surdez deve ser produzido de forma colaborativa com os sujeitos surdos. Isso promove uma epistemologia comprometida com a inclusão e com a justiça social.

Barboza (2024) argumenta que a produção de conhecimento sobre a surdez a partir de um viés cultural contribui para a desconstrução de estigmas historicamente associados ao corpo surdo. A linguagem dos sinais é apresentada como expressão legítima de um modo de ser e estar no mundo. A cultura surda, nesse sentido, se constitui como resistência simbólica e política frente às imposições do modelo normativo ouvinte. A surdez, portanto, não é carência, mas

potência comunicativa. Esse olhar transforma o modo como se pensa educação, saúde e políticas públicas voltadas para os surdos.

Sandoli e Marani (2024) destacam que a afirmação da identidade surda se relaciona diretamente com o direito ao uso da língua de sinais nos diversos espaços sociais. A ausência de acessibilidade linguística representa não apenas uma barreira comunicacional, mas uma forma de negação de cidadania. Garantir a presença da Libras em escolas, serviços públicos, meios de comunicação e espaços culturais é assegurar o reconhecimento da cultura surda. A língua é, assim, a base da autonomia e da expressão identitária. A valorização da Libras é um elemento central na luta por direitos dos surdos.

Carvalho et al. (2024) enfatizam que a compreensão da surdez como identidade cultural implica a revisão das práticas pedagógicas no ambiente escolar. A escola precisa reconhecer a Libras como primeira língua dos surdos e adotar metodologias que respeitem suas formas de apreensão do mundo. O currículo escolar deve incluir elementos da cultura surda, possibilitando que os estudantes se reconheçam nas práticas educativas. Essa abordagem promove não apenas aprendizagem, mas também fortalecimento identitário. O ambiente escolar, assim, se torna espaço de afirmação e não de exclusão.

Fonseca e Portocarrero (2025) defendem que a análise dos discursos sobre a surdez permite evidenciar os mecanismos de poder que naturalizam sua associação à deficiência. Elas argumentam que os discursos biomédicos e normativos produzem subjetividades marcadas pela negação da diferença. A resistência a esses discursos se dá por meio da construção de contranarrativas afirmativas da identidade surda. A cultura surda, portanto, se insere como campo de disputa simbólica. A linguagem, nesse contexto, é uma ferramenta estratégica de afirmação e resistência.

Mariz e Saúde (2025) concluem que a surdez, quando compreendida como identidade cultural, contribui para a ampliação do conceito de diversidade na sociedade contemporânea. Eles ressaltam que essa concepção exige a reformulação de políticas públicas e práticas sociais pautadas na inclusão real e no reconhecimento da diferença. O sujeito surdo deixa de ser visto como um indivíduo a ser reabilitado para ser compreendido como agente ativo de sua cultura. A valorização da cultura surda promove justiça social e combate à exclusão.

A articulação entre os diferentes autores mostra que o reconhecimento da surdez como identidade cultural é um avanço teórico, político e social. Tal reconhecimento contribui para o fortalecimento da comunidade surda e para a promoção de uma sociedade mais inclusiva. A superação da visão médica da surdez permite a emergência de novas narrativas, centradas na diversidade e no respeito às diferenças. A cultura surda, então, se consolida como um campo

fértil de produção de sentidos, saberes e resistências. Assim, a surdez se apresenta não como limitação, mas como expressão de uma outra forma de humanidade. A relação entre Estudos Surdos e o campo dos Estudos Culturais é complexa e multifacetada, refletindo tanto as lutas históricas das comunidades surdas quanto as oportunidades de transformação social que emergem dessa intersecção. O reconhecimento da língua de sinais e da cultura surda como espaços legítimos de conhecimento e resistência é crucial para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

A promoção de uma compreensão crítica das diferenças e a valorização das identidades surdas não apenas desafia as narrativas hegemônicas, mas também enriquece o panorama cultural contemporâneo.

Para tanto, o próximo item abordará a história da educação dos surdos, desde seus primórdios até os dias atuais, explorando as lutas e resistências que moldaram a conversação contemporânea, tanto dentro quanto fora das salas de aula, para contextualizar as reuniões da comunidade surda, e como estes se expressão em sociedade.

2.1 Lei nº 14.191/2021- Consolidação dos Direitos linguísticos da comunidade surda

A língua de sinais desempenha um papel central na construção e manutenção da cultura surda. Pesquisas apontam que o uso da língua de sinais possibilita uma dinâmica social única, onde a comunicação não verbal é tão rica quanto a comunicação oral.

Esse conhecimento é crucial para os Estudos Culturais, pois evidencia como práticas linguísticas e culturais estão interligadas e como estas podem ser instrumentos de poder. A Lei nº 14.191/2021 representa um marco na consolidação dos direitos linguísticos da comunidade surda ao instituir a educação bilíngue como modalidade de ensino, com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a língua portuguesa como segunda. Abreu (2023) analisa os antecedentes históricos e políticos que culminaram na promulgação da lei, destacando o protagonismo dos movimentos surdos na reivindicação de uma educação mais inclusiva e culturalmente adequada. O autor argumenta que a trajetória da educação de surdos no Brasil foi marcada por avanços e retrocessos, com longos períodos de predominância da perspectiva oralista, e que a nova legislação surge como resposta à luta por reconhecimento linguístico e cultural dos surdos enquanto minoria linguística.

Conforme Almeida e Menezes (2022), a implementação da educação bilíngue depende não apenas da existência da legislação, mas de uma mudança efetiva nas políticas públicas, no currículo escolar e na formação de professores. Eles enfatizam que a nova lei não pode ser

tratada como uma medida isolada, mas como parte de um processo de reestruturação do sistema educacional para atender às especificidades dos surdos. A análise dos autores aponta a importância da atuação conjunta entre universidades, escolas e comunidades surdas para que a educação bilíngue se torne uma realidade concreta e eficaz, e não apenas uma diretriz normativa.

Eugênio e Silva (2022) abordam a resistência ainda presente em setores da educação quanto à adoção plena da Libras como língua de instrução, o que dificulta a aplicação prática da Lei nº 14.191/2021. Eles relatam experiências de escolas que, apesar da legislação, continuam priorizando o português como língua principal de ensino, o que gera barreiras de aprendizagem e prejudica o desenvolvimento linguístico e cognitivo de estudantes surdos. Os autores propõem um modelo de monitoramento da implementação da lei, com indicadores específicos e participação ativa das lideranças surdas em todas as etapas do processo educacional.

Arantes e Medeiros (2024) analisam a formação de professores para atuação em contextos bilíngues e apontam que ainda há carência de cursos voltados à educação de surdos com enfoque bilíngue. Segundo os autores, a maioria dos docentes que atuam com alunos surdos não possui fluência em Libras ou formação específica, o que compromete a qualidade do ensino e a efetividade da legislação. Eles defendem políticas públicas voltadas à formação continuada de professores surdos e ouvintes, bem como a valorização da experiência e do saber das lideranças surdas no processo formativo.

Bonifácio (2024) contribui com uma reflexão sobre a percepção das lideranças surdas em relação à nova legislação, destacando sentimentos de ambivalência: por um lado, há o reconhecimento de um avanço legal e simbólico; por outro, há desconfiança quanto à aplicação prática e aos recursos destinados à sua implementação. O autor ressalta que as lideranças surdas demandam maior protagonismo na gestão das escolas bilíngues e maior participação em conselhos deliberativos sobre políticas educacionais, reforçando a necessidade de representatividade e de autonomia linguística nas instituições de ensino.

Irber (2024) examina a estrutura institucional das escolas bilíngues e aponta que muitas delas ainda operam com base em um modelo de inclusão generalista, que não respeita a singularidade da comunidade surda. Segundo o autor, a nova lei exige uma reformulação da lógica escolar, com a criação de ambientes verdadeiramente bilíngues e biculturais, onde a Libras seja a língua de instrução e o português seja ensinado como segunda língua. Ele destaca que a implementação efetiva da lei depende da atuação coordenada entre governo, instituições de ensino e movimento surdo.

Barboza (2024) trata da relação entre identidade surda e a proposta de educação bilíngue, argumentando que o reconhecimento da Libras como língua de instrução fortalece os vínculos identitários da comunidade surda e promove a valorização de sua cultura. O autor defende que a escola deve ser um espaço de afirmação da surdez como diferença linguística e não como deficiência, o que implica uma transformação epistemológica no modo como se entende a aprendizagem e o sujeito surdo. A educação bilíngue, nesse contexto, emerge como prática decolonial e emancipatória.

Sandoli e Marani (2024) abordam os desafios enfrentados na elaboração de materiais didáticos bilíngues, destacando a escassez de recursos produzidos diretamente por surdos e a necessidade de envolvimento das lideranças surdas na criação e validação desses materiais. Para os autores, o desenvolvimento de conteúdos pedagógicos em Libras, por meio de vídeos, jogos e narrativas visuais, é essencial para a consolidação da proposta bilíngue. Eles apontam que iniciativas bem-sucedidas têm surgido a partir de parcerias entre universidades, editoras e associações de surdos.

Carvalho et al. (2024) analisam os impactos iniciais da Lei nº 14.191/2021 em diferentes regiões do Brasil, revelando disparidades significativas entre as unidades federativas quanto à estruturação da educação bilíngue. O estudo evidencia que estados com maior presença de lideranças surdas organizadas e ativas têm avançado mais rapidamente na implementação da nova modalidade de ensino. Por outro lado, regiões com menor mobilização enfrentam dificuldades na criação de escolas bilíngues e na contratação de professores proficientes em Libras, o que compromete o direito à educação em língua materna.

Fonseca e Portocarrero (2025) discutem a importância da avaliação educacional adaptada ao contexto bilíngue, propondo indicadores específicos que levem em conta o desenvolvimento linguístico em Libras e o aprendizado do português como segunda língua. Os autores argumentam que avaliações convencionais não são capazes de medir adequadamente o progresso dos alunos surdos em contextos bilíngues, e que é necessário criar instrumentos sensíveis às particularidades linguísticas e cognitivas desses estudantes. Além disso, defendem a participação ativa de professores e pesquisadores surdos na construção desses instrumentos.

Mariz e Saúde (2025) encerram a discussão com uma análise crítica sobre os rumos da política pública voltada à educação bilíngue de surdos, destacando a urgência de mecanismos de fiscalização e financiamento contínuo. Eles apontam que a Lei nº 14.191/2021, embora significativa, corre o risco de se tornar ineficaz caso não sejam estabelecidas diretrizes claras de implementação e acompanhamento. O fortalecimento das lideranças surdas, segundo os autores, é elemento-chave para garantir a efetividade da legislação e assegurar que a educação

bilíngue não seja apenas um ideal, mas uma realidade transformadora para a comunidade surda brasileira.

A implementação da Lei nº 14.191/2021 é um passo importante na promoção da equidade e da justiça social para os surdos. No entanto, é necessário um compromisso contínuo de todos os atores envolvidos para superar os desafios e consolidar uma educação bilíngue de qualidade. A valorização da Libras, o respeito à cultura surda e a garantia de acesso a uma educação adequada são direitos fundamentais que devem ser assegurados a todos os cidadãos surdos. A Lei nº 14.191/2021 é um avanço significativo na luta pelos direitos da comunidade surda no Brasil, consolidando a Libras como um direito fundamental. No entanto, ainda se faz necessária a mobilização conjunta de governos, instituições e sociedade civil para superar os desafios existentes e garantir que as pessoas tenham acesso a todos os aspectos da vida social com dignidade e respeito. Investir na inclusão e na valorização da cultura surda é, portanto, um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e plural, que reconheça e celebre a diversidade linguística como parte de sua riqueza cultural.

2.2 Estudos surdos e estudos culturais

Durante muito tempo, a surdez foi compreendida sob a ótica patológica, sendo vista como uma deficiência ou deformidade que exigia correção ou tratamento. Essa visão reducionista relegou os sujeitos surdos à condição de exclusão, associando sua identidade à ausência de audição e à incapacidade de se integrar plenamente à sociedade ouvinte. Historicamente, os surdos foram estigmatizados e marginalizados, posicionados como “incompletos” em um modelo social que valoriza a oralidade como padrão normativo de comunicação.

Conforme Skliar (1998), essa representação foi amplamente moldada pelo ouvintismo, conceito que expressa a imposição de valores e práticas dos ouvintes como referência única e superior. Nesse contexto, os surdos foram forçados a se enxergar e a se narrar a partir de parâmetros ouvintes, negando suas próprias formas de ser, comunicar e experienciar o mundo. O ouvintismo não apenas silencia a diferença, mas também condiciona o reconhecimento do sujeito surdo à sua capacidade de adaptar-se à lógica oralista, desconsiderando a riqueza cultural e linguística que constitui a identidade surda.

Ao entender essa afirmação de Skliar, percebe-se a pessoa surda, lutando por seu protagonismo, e por sua voz, sem interferência de pessoas ouvintes, em sua maioria familiares que decidem o que é melhor para o surdo. Nas últimas décadas, os estudos surdos emergiram

como um campo significativo dentro da academia, desafiando percepções convencionais sobre a surdez e sua relação com a cultura. Esses estudos demonstraram uma perspectiva crítica que transcende a deficiência, celebrando a identidade de Sinais e a surda como elementos centrais na construção de uma cultura rica e diversificada. Por outro lado, os estudos culturais oferecem ferramentas analíticas para examinar como as identidades são formadas, mantidas e transformadas nas interações sociais

Para se ter uma ideia, segundo o último censo, de 2010, quase 19 milhões de pessoas com 2 anos ou mais possuem algum tipo de deficiência, representando 8,9% da população brasileira nessa faixa etária. Dentre elas, 47,2% possuem 60 anos ou mais, o que equivale a aproximadamente 8,8 milhões de pessoas. No Censo de 2022 ainda não está disponível o número de pessoas surdas por município, por tanto usa-se o referencial de 2010 como base de dados (IBGE, 2022).

A diversidade linguística e cultural dos sujeitos surdos apresenta uma especificidade em relação às maneiras de se constituir, enquanto surdo. A área que se dedica a explorar as representações linguísticas e culturais dos surdos, tem sido denominada de estudos surdos ligada aos estudos culturais, enfatizando as diferenças culturais, identidades, lutas por saberes e poderes.

A surdez como patologia reduz a falta de audição desconsiderando a identidade cultural surda e a complexidade existente nesses meios, desconsiderando a experiência visual de como os surdos expressam sua identidade.

Conforme Wrigley (1996), os Estudos Surdos surgem justamente para enfrentar essa lógica excludente, lutando contra a interpretação da surdez como deficiência e contra a ideia do surdo como alguém doente, sofredor ou carente de algo. Essa abordagem propõe uma ruptura com a definição da surdez como ausência, destacando que os surdos, enquanto grupo socialmente e culturalmente organizado, não se reconhecem como “deficientes auditivos”. Para eles, o aspecto central da identidade não é a falta de audição, mas a existência de uma língua própria — a língua de sinais — e de uma cultura compartilhada. A surdez, portanto, deve ser compreendida como uma diferença linguística e cultural, e não como uma limitação ou falha biológica.

A reflexão proposta por Wrigley (1996), desafia a narrativa predominante que associa a surdez à deficiência, enfatizando que os surdos, como grupo culturalmente organizado, se definem por suas experiências e identidades linguísticas, e não pela falta de audição. Essa

perspectiva é fundamental para compreender que a surdez deve ser vista como uma diversidade humana em vez de limitação ou déficit.

Ao rejeitar o estereótipo de deficientes auditivos, os surdos afirmam sua identidade e promovem a valorização de suas práticas culturais e linguísticas, por meio da LIBRAS. Essa mudança de paradigma é essencial para a luta por direitos e inclusão social, reconhecendo o valor da cultura surda e o que ela pode contribuir para a sociedade em sua totalidade. Assim, como aborda Sarlo (2007), sobre o passado e que culturalmente os surdos sofreram muito para poder se posicionar e ainda sofrem com sua língua inacessível em muitos locais.

Por muito tempo, o estudo acerca da escolarização da população brasileira procurou compreender a origem social dos estudantes, inicialmente, com a categoria classe e, posteriormente, com a discussão em termos culturais. Soares (1999), evidencia necessidade de uma abordagem que transcenda as categorias tradicionais de classe social e se aprofunde nas nuances culturais. No contexto da cultura surda, essa discussão se torna mais relevante, pois a experiência educacional dos surdos não pode ser dissociada de sua identidade cultural e linguística.

Os estudos surdos, portanto, enfatizam a necessidade de considerar a surdez como uma forma legítima de vida e expressão. Esse reconhecimento desafia narrativas tradicionais que se concentram nas deficiências, e em vez disso, promove uma visão inclusiva que valoriza a língua, a cultura e a história dos surdos. Essa mudança de paradigma também é refletida nos estudos culturais, que buscam entender como diferentes grupos constroem suas identidades frente a contextos sociais, políticos e econômicos.

Portanto, a reivindicação de uma identidade, no caso dos surdos, significa poder fazer parte da vida social. No entanto, as diferenças referentes à percepção das coisas, à comunicação e à língua requerem respeito, e, para que isso de fato aconteça, é necessário conhecê-las, tornando-se sensível a elas e percebendo o outro em sua identidade. Pode-se dizer que a diversidade dos grupos humanos e, consequentemente, de culturas é a base para que os Estudos Culturais possibilitem uma compreensão dos diferentes conceitos de cultura e das representações sociais. (Cabral, 2022, p.75)

Segundo Alcântara (2021), toda cultura é marcada por uma multiplicidade de significados que envolvem não apenas conceitos abstratos, mas também sentimentos, emoções e um senso profundo de pertencimento. A cultura se manifesta de forma integrada à experiência individual e coletiva, sendo expressa em gestos, comportamentos e até nas expressões faciais, que podem revelar aspectos da identidade, estados emocionais e vínculos com determinados grupos sociais. Nesse sentido, a cultura não é algo distante ou puramente intelectual, mas algo vivido no cotidiano e incorporado às formas de ser e estar no mundo.

Esses significados culturais, conforme o autor, não residem apenas na mente dos indivíduos, mas atuam de maneira concreta na organização das práticas sociais e na orientação das condutas. Eles regulam comportamentos, moldam percepções e produzem efeitos reais nas relações interpessoais e nas estruturas sociais mais amplas. Dessa forma, compreender a cultura implica reconhecer seu poder de estruturar experiências e de constituir identidades, sendo um elemento central na formação do sujeito e na dinâmica das interações humanas.

Um aspecto fundamental nos estudos culturais é a análise das representações que moldam e refletem identidades. No caso da comunidade surda, essas representações são frequentemente mediadas por estereótipos e preconceitos. Muitas vezes, os surdos são invisibilizados ou mal representados em mídias audiovisuais, perpetuando a ideia de que são indivíduos incapacitados de contribuir para a sociedade. No entanto, iniciativas recentes têm buscado reverter essa tendência, promovendo representações mais autênticas e realistas da experiência surda.

O cinema, a literatura e outras formas de arte têm se mostrado veículos poderosos para expressar a realidade surda. Filmes como "O Som do Silêncio" e documentários sobre a comunidade surda são contribuídos para a compreensão da cultura surda, mostrando as complexidades e nuances da vida dos surdos. Essas representações não oferecem apenas visibilidade, mas também permitem que a sociedade em geral comece a desmistificar preconceitos e compreender a riqueza cultural que a surdez oferece.

À luz de Hall (2016), percebe-se que a comunidade surda perdura por si só dentro destas diversas heterogeneidades (raça, gênero e grupos linguísticos diversos), mas que preservam sua cultura para que se revele suas identidades e pertencimentos.

Segundo Adichie (2009), a construção de uma história única ocorre quando se insiste em representar um povo por meio de um único ponto de vista, geralmente limitado e repetido. Ao mostrar constantemente um grupo como sendo apenas uma coisa — como frágil, inferior ou carente —, essa narrativa passa a moldar a percepção que se tem dele, reduzindo sua complexidade e diversidade. No caso do povo surdo, essa redução acontece quando sua história é contada apenas a partir da dor, da deficiência ou da exclusão.

Contudo, Adichie (2009), também ressalta que os sujeitos não são definidos apenas por narrativas negativas; eles resistem, constroem trajetórias e afirmam suas identidades por meio de histórias diversas. A comunidade surda, por exemplo, não sobreviveu apenas às opressões, mas também desenvolveu uma rica cultura visual, uma língua própria e formas únicas de expressão e resistência. Reconhecer essas múltiplas histórias é fundamental para romper com estereótipos e evitar que se imponha uma imagem única e limitada de um grupo social.

É essencial reconhecer que essa população não é definida apenas por suas lutas, ressaltando a resiliência e a força do povo surdo, construindo uma história única e rica de cultura e identidade. Tem-se história de resistência e lutas, criações de leis, decretos, devido ao povo surdo ir à luta por seus direitos, por reconhecimento, respeito e inclusão na sociedade.

A narrativa da história do povo surdo revela desafios significativos para sua comunidade, incluindo o risco de estereótipos negativos, como a falsa ideia de que são agressivos devido à falta de compreensão. É crucial reconhecer a diversidade dentro da comunidade surda, evitando generalizações e combatendo estigmas. A maneira como a história é contada e interpretada é influenciada por estruturas de poder, moldando a percepção da sociedade sobre essa comunidade.

Segundo Adichie (2009), não se pode discutir a ideia de história única sem abordar as relações de poder que a sustentam. A autora menciona o termo igbo *nkali*, que significa, em tradução livre, “ser maior do que outro”, para ilustrar como o poder influencia não apenas as estruturas econômicas e políticas, mas também as narrativas que prevalecem em uma sociedade. Quem tem o poder de contar histórias, decidir quando e como elas são contadas, e quantas versões são permitidas, exerce controle sobre as representações de grupos e indivíduos.

Nesse sentido, as histórias que ganham visibilidade e legitimidade não são neutras, mas refletem posições de dominação e desigualdade. O princípio de *nkali* revela que as narrativas dominantes muitas vezes silenciam outras vozes e experiências, moldando percepções sociais de maneira seletiva. Ao se permitir apenas uma versão da realidade, reforça-se a hierarquia entre os que falam e os que são falados, entre os que representam e os que são representados. Reconhecer essa dinâmica é essencial para desafiar a hegemonia das histórias únicas e promover a pluralidade de perspectivas.

A análise da história da comunidade surda revela um paralelo perturbador com a reflexão de Chimamanda Ngozi Adichie sobre o conceito de “nkali”. Assim como Adichie observa que as histórias são moldadas por estruturas de poder, a narrativa da história surda também é marcada por essa dinâmica. A tendência de estereotipar surdos como agressivos, por exemplo, surge da falta de compreensão e da imposição de uma visão ouvinte sobre suas experiências.

Essa “verdade única”, como Adichie aponta, é uma manifestação do “nkali”, na qual a voz dominante define e interpreta a realidade da comunidade surda, ignorando suas heterogeneidades e marginalizando suas perspectivas. A história surda, portanto, não pode ser contada sem reconhecer as relações de poder que a moldaram, e sem dar voz aos próprios surdos para poderem construir suas próprias narrativas, livres de estereótipos e preconceitos.

A partir dos anos 1990, novos elementos foram acrescentados às pesquisas sobre escolarização nas camadas populares, a exemplo de raça, gênero, sexualidades, deficiência, geração, origem geográfica, todos marcadores fundamentais para a compreensão dos processos de inclusão/exclusão nas instituições de ensino.

A inclusão efetiva, no entanto, exige mais do que apenas reconhecer a diversidade. É fundamental garantir que todas as formas de comunicação sejam respeitadas e asseguradas por lei, que, para acontecer, é necessário respeitar um código linguístico referente àquela língua.

Na Libras é preciso respeitar a sua estrutura gramatical, que é pautada em ações visuo-espaciais, e para tal, precisa-se que a sociedade brasileira deixe de ser uma sociedade cuja cultura ouvinte se imponha linguisticamente, com prevalência da natureza ouvinte por questões de exclusão e falta de conhecimento da Libras. Quadros (2006, p. 57), salienta "(...) a identidade surda se constrói dentro de uma cultura visual, essa diferença precisa ser entendida não como uma construção isolada, mas como construção multicultural".

Cada indivíduo tem o seu tempo de aprender, a isso são atribuídas as suas habilidades e competências. Conforme Ferreira (2010), no código linguístico da Libras é preciso desenvolver a percepção visual, compreender e incorporar os cinco Parâmetros da Língua para construir o contexto da Língua e assim, comunicar-se e ter sua identidade surda respeitada. A exemplo disso, a LIBRAS tem estrutura gramatical organizada a partir de alguns parâmetros que estruturam sua formação nos diferentes níveis linguísticos. Três são seus parâmetros principais ou maiores: a Configuração da(s) mão(s)-(CM), o Movimento - (M) e o Ponto de Articulação - (PA); e outros três constituem seus parâmetros menores: Região de Contato, Orientação da(s) mão(s) e Disposição da(s) mão(s).

Para conseguir uma efetiva educação bilíngue que de fato insira a Língua de sinais no contexto escolar é necessário fazer a ação nas pontas dessa rede educacional de ensino, assim como já previsto na Lei n.º 10.436/2002 as Universidades precisam incorporar no seu currículo a disciplina de Libras, mas percebe-se a fragilidade desse currículo e que a sua aplicabilidade não é efetiva para mediar a comunicação na Libras. o que, por consequência, dificulta a equidade na comunicação das pessoas surdas em diversas esferas de atendimento.

Segundo a Lei n.º 10.436 de 24 de Brasil de 2002, art. 1º, parágrafo único:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.
Parágrafo único - Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de

ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil. (BRASIL, 2002, p. 1).

Após a Lei 10.436 de 2002, a cultura surda ganhou mais espaço, caminhando para valorização da identidade da comunidade surda e tendo a LIBRAS como forma de comunicação, com um sistema linguístico e estrutura gramatical próprios, com ênfase na visualidade para transmissão de ideias.

Segundo Strobel (2016), a cultura surda é composta pelas formas próprias com que o sujeito surdo compreende e transforma o mundo ao seu redor. Essa transformação busca torná-lo acessível e habitável a partir de suas experiências sensoriais, especialmente visuais, que são fundamentais para a organização de sua percepção e interação com o ambiente. Assim, a cultura surda emerge como uma resposta criativa e coletiva às barreiras impostas por uma sociedade majoritariamente ouvinte.

Essas percepções visuais não apenas orientam práticas cotidianas, mas também desempenham um papel central na construção das identidades surdas e na constituição simbólica das comunidades surdas. A forma, como os surdos se relacionam, com o mundo e entre si contribui para definir o que Strobel (2016), denomina de “alma” dessas comunidades — ou seja, os valores, as expressões culturais e as experiências compartilhadas que fundamentam o sentimento de pertencimento. Dessa maneira, a cultura surda é um elemento vital de resistência, criação e afirmação identitária.

O entendimento de Strobel (2016), leva a uma compreensão profunda da cultura surda, que vai além da mera ausência de audição, revelando um universo rico e complexo de experiências e significados. A cultura surda desempenha um papel fundamental na construção da identidade dos indivíduos surdos, proporcionando um senso de pertencimento e comunidade. A língua de sinais, como elemento central da cultura surda, permite a comunicação e a expressão de valores, crenças e tradições compartilhadas.

Desse modo, a educação dos surdos sempre foi um campo de intensos debates e controvérsias, refletindo as tensões entre diferentes abordagens pedagógicas e as concepções de surdez. Durante muito tempo, a surdez foi entendida predominantemente como uma deficiência que deveria ser “corrigida” por meio do ensino oral, desconsiderando a riqueza da experiência cultural e linguística dos surdos. Essa visão reducionista não apenas marginalizou a Língua de Sinais, mas também impediu o desenvolvimento de uma identidade surda forte e reconhecida.

A educação de surdos sempre foi um campo de intensos debates e controvérsias, marcado pela tensão entre diferentes abordagens pedagógicas e visões sobre a surdez. Por muito

tempo, a surdez foi predominantemente concebida como uma deficiência a ser corrigida por meio do ensino oral, desconsiderando a riqueza da experiência cultural e linguística da comunidade surda. Essa visão reducionista marginalizou a Língua de Sinais e dificultou a construção de uma identidade surda forte e reconhecida.

Esse cenário culminou no **Congresso de Milão**, em 1880, um evento decisivo onde foi determinada a supremacia do oralismo. A Língua de Sinais foi suprimida em favor da comunicação e da educação oral, que passou a ser o único método aceito.

Conforme Godoi e Silva (2013), o Congresso de Milão, realizado entre 6 e 11 de setembro de 1880, reuniu 182 participantes, em sua maioria ouvintes, de diversos países. O objetivo era discutir a educação de surdos, abordando temas como o funcionamento de internatos, a quantidade ideal de alunos por sala e, principalmente, a metodologia de ensino mais apropriada — se por meio da oralidade ou da linguagem gestual.

Apesar da relevância dos temas, o evento foi marcado pela **ausência de participação da comunidade surda**. Sem a representatividade dos próprios sujeitos, as conclusões adotadas refletiram apenas a visão hegemônica dos ouvintes, desconsiderando as experiências e necessidades daqueles diretamente afetados pelas decisões.

Como resultado das deliberações, o Congresso impôs a primazia da língua oral sobre a língua de sinais, consolidando o modelo oralista como norma. Essa decisão não apenas silenciou as vozes surdas, mas também institucionalizou práticas que dificultaram por décadas o reconhecimento e a valorização da cultura e da identidade surda. O oralismo foi imposto como a única abordagem válida, resultando na exclusão sistemática da Língua de Sinais e na marginalização dos surdos, que passaram a ser vistos por rótulos pejorativos como "deficientes" ou "surdo-mudos".

Essa dinâmica levou muitos surdos a se distanciarem de sua própria cultura, perpetuando estigmas que dificultaram sua plena participação na sociedade e no mercado de trabalho. No entanto, a comunidade surda, após muita luta, conquistou avanços significativos com a **Declaração de Salamanca (1994)**. Este marco, ocorrido mais de um século após o Congresso de Milão, redirecionou o debate em direção à educação inclusiva.

A Declaração de Salamanca defende que todas as crianças, independentemente de suas diferenças, têm o direito a uma educação de qualidade. Essa visão se alinha aos estudos culturais, um campo interdisciplinar que analisa como a cultura molda e é moldada por fatores sociais, políticos e históricos.

A Declaração de Salamanca, ao promover a inclusão e o respeito à diversidade, abriu caminho para que a comunidade surda passasse a reivindicar seu espaço e sua identidade na

sociedade. Essa busca por reconhecimento e pertencimento transcende os limites da sala de aula, reverberando na sociedade como um todo.

A necessidade de debater a inclusão social da comunidade surda ganhou força, impulsionando a reflexão sobre a natureza da cultura e sua influência na construção de identidades. Nesse contexto, a perspectiva de Stuart Hall (2003, p. 128) oferece um arcabouço teórico valioso: “A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas – ‘dentro de identidades e correspondências inesperadas’, assim como em ‘descontinuidades de tipos inesperados’ – dentro ou subjacente a todas as demais práticas”. O autor convida a explorar a complexidade da cultura, suas múltiplas facetas e sua capacidade de moldar identidades e práticas sociais.

Já segundo Woodward (2000, p.38), as identidades são produções históricas, sendo, portanto, “produto de uma intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares”.

O processo histórico referente a desconstrução das identidades fixas e a ascensão dos movimentos sociais por direitos civis e igualdade ganharam força a partir da década de 1970. Por muito tempo, a sociedade foi estruturada em torno de identidades consideradas fixas e imutáveis, como gênero (homem/mulher), raça (branco/negro), orientação sexual (heterossexual/ homossexual) e capacidade física (pessoa com/sem deficiência). A partir de 1970, essas concepções entraram em colapso, graças as transformações sociais lideradas pela luta de mulheres, negros, LGBT, indígenas, pessoas com deficiência, dentre outros, que passaram a reivindicar seus direitos.

Francisco (2025) compreende a identidade surda como uma forma de identificação subordinada que se constrói em relação ao outro surdo, a partir de experiências e vivências compartilhadas. Essa identidade não é fixa nem homogênea, mas surge no diálogo entre sujeitos que se reconhecem em uma cultura visual e linguística própria. Muitos surdos narram esse pertencimento como algo construído coletivamente, reforçado pelo uso da Língua de Sinais e pela convivência em comunidades onde a surdez é compreendida como diferença, e não como deficiência.

O autor destaca que os discursos sobre identidade surda variam conforme o contexto de vida e os atravessamentos socioculturais, dando origem a diferentes formas de identificação. Entre essas variações, encontram-se identidades surdas híbridas, de transição, incompletas e flutuantes — categorias que revelam a complexidade do processo identitário. Essas formas não devem ser vistas como estágios inferiores, mas como expressões legítimas da multiplicidade de

trajetórias possíveis no interior da experiência surda. Assim, a identidade surda é dinâmica, relacional e profundamente marcada pelas interações sociais e históricas que moldam o sujeito.

Gladis Perlin (1998) propõe uma classificação de sete identidades surdas, cada uma com suas características distintas. Segundo a autora, existem: Identidades Surdas (Identidades Políticas), Identidades Surdas Híbridas, Identidades Surdas de Transição, Identidades Surdas Intermediárias ou (Incompletas), Identidades Surdas Flutuantes, Identidades Surdas Embaçadas e Identidades Surdas de Diáspora.

Identidades Surdas (Identidades Políticas) são caracterizadas pela experiência visual que orienta comportamentos, cultura e língua, conforme destaca Perlin (1998). Essas pessoas reconhecem-se como surdas, têm consciência dessa condição e adotam condutas típicas de indivíduos surdos, integrando-se a uma comunidade com valores e práticas compartilhadas.

As Identidades Surdas Híbridas, segundo Perlin (1998), envolvem a comunicação por meio da língua de sinais enquanto o pensamento se dá em português. Essa forma identitária é marcada pela coexistência de práticas linguísticas distintas, em que alguns indivíduos optam por não utilizar mais a língua oral, empregando predominantemente a língua de sinais. Já as Identidades Surdas de Transição ocorrem principalmente quando a aquisição da cultura surda não acontece na infância, sendo comum entre surdos filhos de pais ouvintes, que passam por um processo gradual de inserção na cultura surda.

Por sua vez, as Identidades Surdas Intermediárias ou Incompletas caracterizam-se por indivíduos que apresentam algum grau de surdez, mas que vivem predominantemente no mundo ouvinte, valorizando o uso de aparelhos auditivos para facilitar a comunicação. Conforme Perlin (1998), as Identidades Surdas Flutuantes, por sua vez, tendem a adotar uma representação da identidade ouvinte, resistindo à língua de sinais e à cultura surda, visto que associam esses elementos a estereótipos negativos.

As Identidades Surdas Embaçadas referem-se a pessoas surdas que não conseguem apreender a identidade ouvinte nem utilizar a língua de sinais, por não terem tido contato ou ensino adequado dessa língua, sendo muitas vezes consideradas incapacitados pela sociedade. Segundo Perlin (1998), as Identidades Surdas de Diáspora se manifestam entre surdos que migram entre países, estados ou grupos surdos distintos, vivendo uma experiência de deslocamento cultural e linguístico que influencia sua identidade surda.

Conforme Carvalho e Campello (2022), as identidades surdas de diáspora manifestam-se entre surdos que migram de um país para outro, de um estado brasileiro a outro, ou mesmo entre diferentes grupos surdos. Essa mobilidade gera experiências culturais e linguísticas que

influenciam a construção da identidade surda, evidenciando a pluralidade e a diversidade internas dessa comunidade.

Dessa forma, essa identidade diáspora pode ser exemplificada por categorias como o surdo carioca, o surdo brasileiro ou o surdo norte-americano, cada uma marcada por particularidades culturais e linguísticas próprias. Trata-se de uma forma identitária muito presente e significativa, que reflete o deslocamento e a adaptação dos sujeitos surdos em diferentes contextos socioculturais.

Segundo Carvalho e Campello (2022), existem 14 identidades surdas, como abordam em seu artigo, além das citadas por Perlin (1998), como discorrido acima. Apresentam-se as 7 (sete) possíveis identidades surdas, sendo elas: 1) Identidade Surda Urubu-Ka'apor e 2) outras línguas de sinais emergentes - No sul do estado do Maranhão existem cerca de 10 aldeias de uma etnia indígena chamada Urubu-Ka'apor, que existe há mais de 300 anos. Em 1949, Darcy Ribeiro, antropólogo brasileiro, visitou esse povo e fez um dos primeiros documentários sobre uma tribo indígena no Brasil. Em algum momento de sua história, os Ka'apor foram atingidos por um surto de boubá neonatal, que durou muitos anos. A doença infecciosa chegou a desencadear quadros de surdez em cerca de 2% da população. Em 1968, o linguista Jim Kakumasu observou que das 500 pessoas de uma aldeia, 7 eram surdos.

De acordo com Carvalho e Campello (2022), 3) identidade Negra Surda: É incontestável o sofrimento que os surdos negros vivenciam pelo preconceito com relação à raça e surdez em diversos ambientes, tais como: rua, escola, mercado de trabalho, entre outros inúmeros espaços; 4) Identidade Surda Unilateral: A perda auditiva unilateral pode ser responsável por dificuldades na aprendizagem, alteração de fala e linguagem, além disso, dificuldades sócio emocionais, é atribuída pela diminuição da audição em apenas uma orelha.

5) Identidade surdocega: Ser pessoa surda já implica em dificuldades, imagine, além de surdo ser também cego. Situação que requer desafio múltiplos para se inserir no seio familiar como na sociedade. Segundo Carvalho e Campello (2022), para romper o isolamento social e facilitar o desenvolvimento da comunicação em pessoas surdocegas, é imprescindível atendimento especializado de acordo com o nível de deficiência e estimulando os sentidos que ainda restam. 6) Identidade Surda com AASI (aparelho de amplificação sonora individual) - usados atrás da orelha; 7) Identidade Surda com IC - O implante coclear mais conhecido como ouvido biônico, consiste em um equipamento eletrônico computadorizado que substitui completamente o ouvido de pessoas que tem surdez total ou quase total.

Essas novas identidades emergiram em grandes movimentos de contestação política. Nesse contexto estão os negros surdos, que reivindicam a produção de uma cultura própria, a

cultura surda. Ao reivindicar suas identidades, os negros surdos destacam a importância de uma abordagem que considere tanto a questão racial quanto a condição da surdez. Essa perspectiva reconhece que as identidades são construídas a partir da marcação das diferenças, o que implica compreender as múltiplas camadas que compõem a experiência desses indivíduos.

Assim, a interseção entre raça e surdez revela especificidades únicas, que exigem uma análise sensível às formas combinadas de exclusão e discriminação enfrentadas por esse grupo. Essa abordagem possibilita o reconhecimento das identidades negras surdas como legítimas e plurais, valorizando suas vivências e contribuições culturais dentro das comunidades surdas e da sociedade em geral.

Segundo Eugênio e Silva (2022), a trajetória das pessoas com deficiência é marcada por inúmeros preconceitos e por constantes lutas em busca do reconhecimento dos seus direitos à cidadania, que variam conforme o contexto cultural e histórico. Ao longo do tempo, o entendimento sobre deficiência passou por diferentes interpretações, que se modificaram ou até se entrelaçaram em determinados períodos.

Na Idade Média, por exemplo, as pessoas com deficiência eram frequentemente vistas como portadoras de castigo divino ou objetos de compaixão, sendo dependentes da assistência e da caridade, sobretudo vindas de grupos cristãos sem deficiência. Essa visão reforçava a exclusão social e a dependência, negando a autonomia e os direitos desses indivíduos.

Com isso, Santos, Kabengele e Monteiro (2022) versam sobre a interseccionalidade do capacitismo sendo tratado com quem merece viver ou morrer, abordando a necropolítica. O Estado exerce o que é chamado de necropolítica ao implementar políticas que, direta ou indiretamente, promovem a morte social e física de grupos marginalizados. Essa forma de governança se manifesta através da segregação e da negação de condições mínimas de dignidade e saúde, que resultam na exclusão sistemática e na vulnerabilidade desses segmentos. A omissão ou ação deliberada do Estado contribui para que essas populações sofram consequências graves, chegando muitas vezes à morte, seja pela negligência, seja pela violência institucionalizada.

Diante desse cenário, os movimentos internacionais de pessoas com deficiência emergiram como forças fundamentais de resistência e reivindicação de direitos. Essas mobilizações pressionaram pela criação e implementação de legislações que garantam proteção e inclusão social, buscando enfrentar a lógica excludente da necropolítica. Um marco importante nesse processo foi a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em 2006, que estabelece princípios e normas para assegurar igualdade, acessibilidade e participação plena dessas pessoas na sociedade.

No Brasil, essa Convenção foi ratificada por meio do Decreto nº 6949, de 2009, sinalizando um avanço jurídico significativo para a promoção de políticas públicas voltadas à inclusão. Esse instrumento normativo serve como base para o desenvolvimento de ações que combatem a exclusão e fortalecem os direitos das pessoas com deficiência, contrapondo-se à lógica da necropolítica estatal. Assim, a ratificação da Convenção representa um compromisso formal do país com a dignidade, a cidadania e a garantia de condições de vida justas para todos os seus cidadãos.

A luta das pessoas com deficiência começou ter força na década de 1970, se intensificando nos anos 1980, culminando na proclamação do Ano internacional das pessoas deficientes pelas nações unidas, com ênfase nas pessoas com “necessidades especiais” como abordado na época. E, desde então, houve aumento da visibilidade, porém com um caminho intenso a percorrer, pois apesar da existência da Lei Brasileira de inclusão de 2015 (LBI), ainda é necessário ter fiscalização para que ela seja cumprida, considerando que a cultura surda é um conjunto de práticas, valores, tradições e modos de comunicação que emergem da experiência de pessoas surdas e da comunidade surda.

Essa cultura é rica e diversificada com normas sociais de identidade e expressão tendo a Língua de Sinais como parte fundamental da comunicação. Então a Língua de Sinais, torna-se a parte central da identidade surda, conforme Quadros (2004, p. 31): “A Língua de Sinais é mais que uma ferramenta de comunicação; é um elemento central da identidade cultural da comunidade surda”

Nesse sentido, devido à falta de acessibilidade linguística, é necessário que haja mudança de paradigma para que os surdos possam participar ativamente da sociedade, seja pegando uma receita em postos de saúde e tomando o remédio corretamente, seja para defesa de seus direitos quando precisam passar por perícia médica no INSS ou até mesmo em eventos culturais, essa comunicação acessível se faz necessária para que o surdo possa ser protagonista de sua própria história.

No entanto, os debates a respeito dos estudos culturais somente passaram a existir na América Latina a partir dos anos de 1970 e, foi somente nos anos de 1990 que os teóricos começaram a se identificar com o assunto. Com a aplicação dos Estudos Culturais na América Latina, surgiram vários estudos de diferentes autores que se dedicavam à área de comunicação e recepção. Autores como Nestor García Canclini, Jesús Martín-Barbero e Guillermo Orozco Gómez, entre outros, foram englobados nos “Estudos culturais latino-americanos”.

Para Hall (2016), os contatos permanentes com culturas e formas distintas de viver, abalaram as antigas concepções de “identidade” tidas até então como fixas, imutáveis e ligadas unicamente a um elemento agregador.

Como afirma Hall (2016), percebe-se que a cultura e identidade surda caminham juntas aos estudos culturais, sendo arraigados ao longo da história. Percebe-se que esses indivíduos, tratados com exclusão e preconceitos e que foram discriminados no decorrer do tempo são os sujeitos abordados nos estudos culturais e estudos surdos. Percebe-se a identidade pertencente a esse grupo, o surdo fluente em língua de sinais e que não usa aparelho auditivo, esse surdo de nascença, teria a cultura surda arraigada, sinalização fluente.

Segundo Neves (2021), nas décadas de 1980 e 1990, a comunidade surda no Brasil passou por um forte movimento de afirmação identitária, que consolidou a imagem do chamado “surdo ideal” ou “surdo-puro”. Esse perfil era representado por indivíduos que utilizavam exclusivamente a Língua de Sinais, rejeitavam a fala e qualquer recurso ligado ao universo ouvinte, como aparelhos auditivos ou implantes cocleares, além de se relacionarem apenas com outros surdos. Tal postura surgia como uma forma de resistência legítima ao histórico de opressão promovido pelo oralismo, que tentou silenciar e assimilar os surdos à norma ouvinte, negando-lhes o direito à sua própria língua e cultura.

Contudo, esse modelo rígido de identidade surda, criado como resposta ao apagamento sofrido, acabou por gerar novas formas de exclusão dentro da própria comunidade. Surdos que não se encaixavam nesse padrão, como os que faziam uso de tecnologias auditivas, apreciavam práticas culturais ouvintes, tinham deficiência múltipla ou não dominavam fluentemente a Libras, passaram a ser vistos como “menos surdos” ou até como traidores da causa surda. Essa exclusão interna evidencia a contradição de um grupo que buscava afirmar sua diferença perante a sociedade hegemônica, mas que ao mesmo tempo negava a diversidade existente em seu próprio interior.

Dessa forma, Neves (2021) chama atenção para os perigos de processos de identificação que não são problematizados. Quando a identidade é tratada como algo fixo e homogêneo, a diferença passa a ser tratada como ameaça, dando espaço para práticas opressoras dentro de grupos que lutam justamente contra a opressão. A construção identitária deve ser compreendida como um processo dinâmico, aberto à pluralidade e à escuta das múltiplas formas de ser surdo, para que a luta por reconhecimento e inclusão não reproduza os mesmos mecanismos excludentes que historicamente marginalizaram essas pessoas.

Quando Hall (1996, p. 51) aborda sobre multiculturalismo: “As sociedades multiculturais não são algo novo. Bem antes da expansão europeia (a partir do século quinze)

e com crescente intensidade desde então. Problemas de dependência, subdesenvolvimento e marginalização, típicos do 'alto' período colonial, persistem no pós-colonial”.

Discute-se a definição e o escopo dos Estudos Culturais, ressaltando a sua abordagem crítica e interdisciplinar das práticas culturais e dos processos de significação. A compreensão das relações de poder e resistência, as construções identitárias e as manifestações culturais são elementos centrais para a delimitação do campo dos Estudos Culturais, que busca analisar e problematizar as dinâmicas culturais e sociais de forma ampla e contextualizada.

Michel Foucault (1988) contextualiza a importância do pensamento do filósofo francês para a compreensão dos estudos surdos. Não que ele tenha escrito especificamente sobre estudos surdos, mas suas teorias sobre poder, discurso e construção de identidades como o “biopoder” e como as normas sociais moldam as identidades, tendo uma resistência à marginalização e afirmação da identidade surda.

Como destaca Foucault (1988), “onde há poder, há resistência”, enfatizando que toda relação de poder gera, inevitavelmente, pontos de contestação e oposição. Para o autor, o poder não está concentrado apenas nas mãos do Estado ou de figuras de autoridade explícita, mas se dissemina por meio de instituições sociais — como a escola, a família, a medicina e o sistema jurídico — que regulam, controlam e normatizam os corpos e as condutas dos indivíduos.

Essas instituições, ao exercerem vigilância e produzirem discursos sobre o que é normal, saudável ou aceitável, moldam as subjetividades e organizam os modos de vida. Contudo, é exatamente nesse contexto que emergem as resistências: nos gestos, nos saberes e nas práticas que desafiam essas normas impostas. Assim, os sujeitos se tornam agentes de resistência ao se apropriarem de sua autonomia e ao questionarem os discursos que os subjagam, revelando que o poder nunca é absoluto, pois está sempre em disputa.

Explora-se a maneira como Foucault (1979) abordou temas como poder, disciplina e vigilância em suas obras, fornecendo um pano de fundo teórico para a discussão sobre a relação entre vigilância, controle social e a comunidade surda. Além disso, apresenta-se a relevância das teses foucaultianas para a compreensão das dinâmicas de poder que permeiam a inclusão e o empoderamento da comunidade surda, fornecendo um arcabouço teórico sólido para as reflexões posteriores.

Como bem observou Foucault (1979, p. 14), “o problema não é mudar a consciência das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade.” Nesse contexto, a comunidade surda, existente desde os primórdios, mesmo diante da visão social de corpos imperfeitos, não apenas sobreviveu, mas também construiu um rico multiculturalismo.

Essa comunidade heterogênea, marcada por diversas interseccionalidades, vivencia a marginalização social, o que leva a questionar as raízes dessa exclusão e a buscar uma compreensão mais profunda de sua trajetória.

3 ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA E OS CENTROS DE INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS

A acessibilidade linguística é um dos pilares para garantir o direito à comunicação e à informação das pessoas surdas, sendo a Libras o meio fundamental para viabilizar a inclusão social desse grupo. Conforme Alcântara (2021), a cultura se expressa também pela linguagem, e possibilitar à pessoa surda o acesso pleno à comunicação em sua língua materna é respeitar sua identidade e subjetividade. A implementação de Centros de Intérpretes de Libras surge, assim, como uma resposta institucional à necessidade de garantir essa acessibilidade nos espaços públicos e privados.

De acordo com Almeida e Menezes (2022), os Centros de Intérpretes de Libras atuam como mediadores linguísticos que viabilizam o acesso da pessoa surda a serviços essenciais, como saúde, educação e justiça. Esses centros têm como finalidade garantir a presença de profissionais capacitados para atuar de forma ética e eficiente na mediação entre surdos e ouvintes, promovendo a equidade comunicacional. Arantes e Medeiros (2024) destacam que a atuação do intérprete de Libras é mais do que uma escolha tradutória, é uma ponte entre mundos culturais que, histórica e estruturalmente, estiveram segregados.

A inserção de Centros de Intérpretes, contudo, ainda é desigual no território brasileiro, sendo mais frequente nas capitais e grandes centros urbanos. Conforme Barboza (2024), isso revela um desequilíbrio no acesso à cidadania plena, especialmente nas regiões periféricas e rurais, onde os surdos enfrentam maiores barreiras para a comunicação e para o exercício de seus direitos. A ausência de intérpretes nesses contextos compromete a autonomia e a participação social da pessoa surda.

Bonifácio (2024) argumenta que a legislação brasileira avançou no reconhecimento da Libras como língua oficial das comunidades surdas, mas ainda há defasagem na implementação de políticas públicas que garantam a efetiva presença de intérpretes qualificados em todas as esferas sociais. A existência de leis sem a criação de estruturas institucionais adequadas evidencia a lacuna entre os direitos formalmente assegurados e sua concretização prática. Arantes e Medeiros (2024) reforçam que a formação contínua e a valorização profissional dos intérpretes são condições essenciais para a consolidação da acessibilidade linguística.

Carvalho et al (2024) apontam que a criação de centros especializados permite também a organização e a sistematização do serviço de interpretação, contribuindo para o fortalecimento

de uma rede de apoio mais eficiente e integrada. Além disso, promovem formação contínua e criam condições de trabalho adequadas para os intérpretes, favorecendo sua permanência na carreira. Conforme Sousa e Luna (2024), os centros funcionam também como espaços de resistência cultural e política, reafirmando a legitimidade da Libras como língua de direitos.

A presença de intérpretes em ambientes institucionais promove não apenas a comunicação, mas também o reconhecimento social da identidade surda. Broedel (2024) enfatiza que a atuação dos intérpretes não deve se limitar a uma prática técnica, mas precisa considerar as dimensões culturais, éticas e afetivas envolvidas no ato tradutório. Por isso, é imprescindível que os centros de interpretação também se dediquem à reflexão crítica e à escuta ativa das demandas da comunidade surda.

Irber (2024) afirma que a verdadeira acessibilidade linguística ocorre quando a presença da Libras é incorporada nas práticas institucionais cotidianas, e não apenas como um recurso eventual ou cerimonial. A atuação dos centros deve ser estruturante, promovendo mudanças reais nas formas de comunicação institucional, seja em escolas, hospitais ou órgãos públicos. Para isso, é fundamental que haja compromisso político com a inclusão e recursos financeiros adequados para sustentar essas ações.

Sandoli e Marani (2024) destacam que a formação de intérpretes deve ocorrer em diálogo com a comunidade surda, para que os profissionais não apenas dominem a língua, mas compreendam as nuances culturais que envolvem o processo de interpretação. O reconhecimento da singularidade da comunicação surda é um passo fundamental para uma mediação mais efetiva e respeitosa. Isso reforça o papel dos centros como espaços de formação crítica e inclusiva.

Segundo Botteon, Paulo e Araujo (2025), os avanços tecnológicos também devem ser incorporados pelos centros de interpretação como aliados na promoção da acessibilidade. Plataformas de vídeo chamada, aplicativos de tradução em tempo real e serviços remotos de interpretação ampliam o alcance do atendimento e facilitam o acesso para usuários em locais distantes. No entanto, esses recursos não substituem a presença humana e o vínculo social estabelecido na interação presencial.

Corrêa, Silva e Lima Júnior (2025) defendem que a expansão dos centros de interpretação precisa ser acompanhada de políticas de avaliação e controle de qualidade, para garantir a efetividade dos serviços prestados. O monitoramento contínuo permite identificar falhas, aprimorar processos e ouvir os usuários, garantindo que a acessibilidade linguística seja plena e satisfatória. Essa escuta ativa é parte essencial da gestão democrática e inclusiva dos serviços.

Francisco e Argôlo (2025) ressaltam que a existência de centros de interpretação contribui para a construção de uma sociedade mais justa, em que a diferença linguística é respeitada e valorizada como expressão de diversidade. A política de acessibilidade não pode ser vista como concessão, mas como cumprimento de um direito humano fundamental. O compromisso com a inclusão linguística representa, portanto, um passo civilizatório na direção de uma sociedade mais igualitária.

Assim, a articulação entre os centros de interpretação de Libras, a comunidade surda e o poder público é essencial para garantir a efetividade da acessibilidade linguística no Brasil. Ao promover a presença qualificada da Libras nos diversos espaços sociais, os centros não apenas ampliam o acesso à informação, mas reafirmam o direito à diferença e ao reconhecimento. A consolidação desses espaços representa um avanço político, social e cultural que contribui diretamente para a justiça comunicacional no país.

3.1 A interpretação de Libras como mediação cultural e política

A interpretação de Libras não pode ser reduzida apenas a um ato linguístico de conversão entre dois idiomas, mas deve ser compreendida como uma prática de mediação cultural e política. Conforme Sousa e Luna (2024), o intérprete de Libras desempenha um papel que ultrapassa a tradução mecânica das palavras, pois ele atua entre dois universos culturais distintos: o da comunidade surda e o da sociedade ouvinte. Essa mediação exige conhecimento profundo das particularidades culturais da língua de sinais, bem como das estruturas de poder que historicamente marginalizaram os surdos.

Barboza (2024) argumenta que a presença do intérprete de Libras em espaços institucionais reforça o direito à comunicação e promove uma ação afirmativa de inclusão. Trata-se de um agente que atua na interseção entre a linguagem e a cidadania, viabilizando o acesso à informação e aos serviços públicos. Bonifácio (2024) complementa essa visão ao destacar que, ao interpretar para o surdo em contextos formais, o intérprete interfere no processo comunicacional de forma ativa e responsável, equilibrando as relações de poder e representatividade.

Arantes e Medeiros (2024) apontam que a atuação do intérprete deve considerar a carga simbólica e identitária presente na Libras, evitando que a comunicação se torne uma simples transferência de conteúdo. A interpretação é também uma prática de escuta e de construção conjunta de sentidos, sendo influenciada pelas relações sociais, pelo contexto e pelas trajetórias

dos sujeitos envolvidos. Desse modo, o trabalho do intérprete deve ser compreendido como uma mediação com implicações éticas, culturais e políticas.

Carvalho et al (2024) reforçam que o reconhecimento do intérprete de Libras como mediador político implica em valorizar seu papel na garantia de direitos, especialmente em contextos de participação social e tomada de decisão. Em espaços como audiências públicas, conferências ou instâncias democráticas, a presença do intérprete assegura não apenas a escuta do surdo, mas sua voz ativa no debate público. Broedel (2024) destaca que, nesse sentido, o intérprete deve ter formação crítica e sensível, reconhecendo as demandas históricas da comunidade surda.

Irber (2024) observa que a mediação promovida pelo intérprete também atua no enfrentamento da exclusão simbólica, ao possibilitar que sujeitos surdos participem plenamente de contextos sociais onde, tradicionalmente, estiveram invisibilizados. A interpretação, assim, rompe barreiras comunicacionais, mas também culturais, promovendo o reconhecimento da identidade surda como legítima e autônoma. Sandoli e Marani (2024) defendem que essa atuação também contribui para uma mudança de paradigmas sobre o conceito de deficiência e diversidade.

Segundo Botteon, Paulo e Araujo (2025), é preciso compreender o intérprete como um sujeito também atravessado por tensões sociais, que deve lidar com as pressões institucionais e com os dilemas éticos de sua prática. Em muitos casos, é exigido que o profissional adote posturas neutras, mas a neutralidade é um mito, especialmente quando se trata de contextos em que os direitos da pessoa surda estão em jogo. A consciência política do intérprete, nesse sentido, é elemento fundamental.

Por meio do Projeto de Lei nº 4.673, de 2004, a Deputada Federal Maria do Carmo defendeu a causa do reconhecimento profissional do tradutor e intérprete de Libras, destacando seus direitos e deveres. Esse projeto resultou na sanção da Lei nº 12.319, em 1º de setembro de 2010, que incorporou a redação originalmente proposta. A referida lei dispõe sobre a regulamentação da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), estabelecendo parâmetros legais para o exercício da atividade no país.

As diretrizes que orientam o exercício profissional do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) estão explicitadas na Lei nº 12.319/2010, a qual estabelece princípios éticos, técnicos e comportamentais que devem nortear sua atuação. Em especial, o artigo 7º define os parâmetros para o desempenho da função, enfatizando o compromisso com o rigor técnico, o respeito à pessoa surda, à sua cultura e aos valores éticos inerentes à profissão, conforme se observa a seguir (BRASIL, 2010).

O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

I - Pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

II - Pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;

III - Pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;

IV – Pelas posturas e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;

V - Pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;

VI - Pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda (BRASIL, 2010).

Corrêa, Silva e Lima Júnior (2025) afirmam que o reconhecimento institucional da interpretação como mediação política deve ser acompanhado por condições adequadas de trabalho e por formação continuada. A profissionalização do serviço de interpretação é essencial para consolidar sua relevância social, garantindo que os intérpretes atuem com responsabilidade e autonomia. Isso exige também a construção de políticas públicas sustentáveis e participativas.

Francisco e Argôlo (2025) observam que a prática de interpretação em contextos educativos, por exemplo, é atravessada por tensões entre os modelos de educação inclusiva e bilíngue, exigindo dos intérpretes um posicionamento crítico sobre suas funções. Eles não são apenas reprodutores de conteúdo, mas mediadores do acesso ao conhecimento e das relações pedagógicas. Essa compreensão amplia o sentido da interpretação como prática transformadora.

Mariz e Saúde (2025) reforçam que a visão do intérprete como mediador cultural e político fortalece as lutas por uma sociedade mais inclusiva e democrática. Ao atuar com compromisso ético e sensibilidade social, o intérprete de Libras contribui para a redução das desigualdades e para o reconhecimento da diversidade linguística como valor coletivo. Sua presença representa, portanto, um avanço na direção de uma comunicação verdadeiramente cidadã.

Dessa forma, a interpretação de Libras deve ser compreendida como um espaço de articulação entre linguagem, cultura e política. O intérprete é um agente ativo na construção de uma sociedade mais justa, cuja atuação contribui para romper silenciamentos históricos e garantir o direito à palavra. A mediação linguística, nesse sentido, é também mediação de sentidos, de poder e de presença no mundo social.

3.2 O papel dos Centros de Interpretação na efetivação de direitos

Os Centros de Interpretação de Libras desempenham um papel fundamental na efetivação dos direitos das pessoas surdas, atuando como pontes entre a comunicação acessível e o exercício pleno da cidadania. Arantes e Medeiros (2024) apontam que esses centros são espaços institucionais que visam garantir a mediação linguística qualificada em serviços públicos e privados, assegurando que a população surda tenha acesso equânime à educação, à saúde, à justiça e a outras esferas essenciais da vida social.

Segundo Barboza (2024), a ausência de acessibilidade linguística compromete diretamente a efetivação dos direitos fundamentais, uma vez que impede o entendimento e a participação ativa da pessoa surda nos processos sociais e administrativos. Os Centros de Interpretação surgem, portanto, como respostas políticas a uma histórica exclusão comunicacional. Bonifácio (2024) reforça que não se trata apenas de viabilizar traduções, mas de garantir condições para que os direitos possam ser exercidos de maneira plena.

Arantes e Medeiros (2024) reiteram que esses centros devem ser entendidos como instrumentos de justiça social, pois atuam diretamente na promoção da igualdade de oportunidades. Ao disponibilizar intérpretes de Libras em serviços essenciais, os Centros promovem o acesso à informação e à participação cidadã. A presença desses profissionais nos espaços públicos permite à pessoa surda interagir com autonomia e segurança, assegurando-lhe condições de igualdade.

Carvalho et al (2024) destacam que, para que os Centros de Interpretação cumpram plenamente sua função, é necessário que haja investimento público na formação, remuneração e permanência dos intérpretes, bem como na estrutura física e administrativa desses espaços. A efetivação de direitos está diretamente ligada à qualidade do serviço prestado, o que exige comprometimento institucional e político. Conforme Sousa e Luna (2024), a sustentabilidade desses centros depende de uma política de inclusão que reconheça a acessibilidade como um direito e não como um favor.

Broedel (2024) observa que os Centros de Interpretação também têm um papel educativo, pois contribuem para a formação de uma sociedade mais consciente e respeitosa em relação à diversidade linguística e cultural. Ao promover a visibilidade da Libras e da identidade surda, esses espaços auxiliam na desconstrução de estigmas e preconceitos. Assim, além de promover direitos, os centros também favorecem a transformação social.

Irber (2024) ressalta que a presença dos intérpretes deve ser compreendida como elemento estruturante das políticas de acessibilidade. Não basta apenas cumprir uma exigência legal ou simbólica; é preciso incorporar a mediação linguística às rotinas institucionais. Nesse sentido, os Centros de Interpretação assumem o papel de articuladores entre legislação e prática, garantindo que os princípios constitucionais da dignidade humana e da igualdade sejam concretizados.

Sandoli e Marani (2024) enfatizam que o papel dos Centros vai além da logística de agendamento e distribuição de intérpretes. Eles são espaços de escuta ativa, onde a comunidade surda pode manifestar suas demandas e encontrar suporte para o exercício de sua autonomia. A participação da comunidade na gestão desses centros é essencial para que se tornem verdadeiramente responsivos às necessidades reais da população usuária.

Segundo Botteon, Paulo e Araujo (2025), os Centros de Interpretação também têm o papel de promover a articulação entre diferentes setores da política pública, garantindo que a acessibilidade não seja tratada de forma fragmentada. Ao atuar em rede com órgãos de educação, saúde, assistência social e justiça, esses centros ampliam o alcance e a efetividade das ações inclusivas. A transversalidade da acessibilidade é, portanto, uma diretriz essencial.

Corrêa, Silva e Lima Júnior (2025) indicam que a criação e a manutenção dos Centros de Interpretação devem estar inseridas em um plano nacional de acessibilidade linguística, com metas claras e indicadores de desempenho. Essa institucionalização garante a continuidade e o aprimoramento dos serviços, evitando descontinuidade ou desestruturação por mudanças de gestão. A estabilidade política e financeira é condição para a garantia de direitos.

Francisco e Argôlo (2025) concluem que os Centros de Interpretação são expressões concretas do compromisso social com a inclusão e a justiça. Sua existência e funcionamento refletem a valorização da diversidade linguística e a efetivação dos princípios democráticos. Ao reconhecer a Libras como língua de direitos, o Estado reafirma seu dever de garantir condições reais para o exercício pleno da cidadania por todos os brasileiros.

Assim sendo se pode dizer que o papel dos Centros de Interpretação na efetivação de direitos transcende a dimensão funcional da interpretação, incorporando valores de equidade, autonomia e participação social. Eles se consolidam como espaços de mediação, acolhimento e fortalecimento da identidade surda, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, acessível e plural.

3.3 Diretrizes e legislações relacionadas à acessibilidade linguística (Decreto nº 5.626/2005)

As diretrizes e legislações que tratam da acessibilidade linguística no Brasil têm no Decreto nº 5.626/2005 um marco normativo fundamental, especialmente no que diz respeito à regulação da Libras e dos direitos da comunidade surda. Esse decreto regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e estabelece normas para a difusão e o uso da Língua Brasileira de Sinais em diversos contextos sociais, como educação, serviços públicos, saúde e formação profissional. Carvalho et al (2024) destacam que o Decreto nº 5.626/2005 é um instrumento jurídico essencial para garantir o reconhecimento da Libras como língua de instrução, comunicação e interação social.

Conforme Sousa e Luna (2024), o decreto também é importante por instituir a obrigatoriedade da presença de intérpretes de Libras em espaços institucionais, além de definir diretrizes para a formação desses profissionais. A legislação estabelece parâmetros para a capacitação de professores bilíngues e intérpretes, além de garantir que pessoas surdas possam ter acesso ao conteúdo educacional em sua língua materna. Assim, contribui diretamente para o fortalecimento da educação bilíngue no país.

Broedel (2024) salienta que, ao regulamentar o uso da Libras como meio de comunicação oficial, o Decreto nº 5.626/2005 reforça o caráter político da acessibilidade linguística. Isso significa que garantir o uso da Libras é também garantir a participação cidadã da comunidade surda. A legislação não se limita a assegurar direitos formais, mas também viabiliza condições reais para o exercício da cidadania plena.

Irber (2024) afirma que a implementação do decreto ainda encontra desafios práticos, especialmente em relação à estruturação dos sistemas públicos e à formação de profissionais qualificados. Apesar dos avanços legais, muitas instituições ainda carecem de intérpretes e de professores habilitados para atuar na perspectiva bilíngue, o que compromete a efetividade das medidas previstas. A legislação, portanto, precisa ser acompanhada de políticas de incentivo e fiscalização.

Sandoli e Marani (2024) destacam que é necessário compreender o Decreto nº 5.626/2005 como parte de um processo histórico de reconhecimento dos direitos linguísticos das pessoas surdas. Essa legislação representa uma conquista da luta por visibilidade, autonomia e participação ativa da comunidade surda. Além disso, é um instrumento fundamental para combater o capacitismo e promover uma mudança estrutural na forma como a sociedade lida com a diferença.

Segundo Botteon, Paulo e Araujo (2025), é importante destacar que o decreto também criou condições para o surgimento de Centros de Interpretação de Libras, que têm papel essencial na mediação linguística e no acesso à informação. A legislação impulsionou a institucionalização da interpretação como serviço público, criando espaços de acolhimento e suporte para a comunidade surda em diversas regiões do país.

Corrêa, Silva e Lima Júnior (2025) acrescentam que, mesmo com o avanço proporcionado pelo Decreto nº 5.626/2005, é necessário avançar na articulação de outras normas e diretrizes que garantam a aplicação integrada das políticas de acessibilidade linguística. A efetivação dos direitos depende de uma atuação articulada entre os diferentes órgãos governamentais, a sociedade civil e os movimentos sociais.

Francisco e Argôlo (2025) ressaltam que o reconhecimento legal da Libras como língua oficial das comunidades surdas é uma afirmação da dignidade humana e da diversidade cultural. O decreto, nesse sentido, é uma ferramenta de empoderamento político, pois permite que as pessoas surdas tenham voz ativa e visibilidade nas instâncias sociais. A legislação passa a ser compreendida como meio de justiça social.

A partir disso, observa-se que a existência do Decreto nº 5.626/2005 representa não apenas um marco legal, mas também um ponto de partida para uma nova compreensão sobre a acessibilidade. Trata-se de um instrumento normativo que deve ser continuamente revisto, aplicado e fortalecido, a fim de garantir o pleno direito à comunicação e à participação social da comunidade surda. A legislação, portanto, é também um compromisso com a inclusão.

Em síntese, as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.626/2005 representam avanços significativos na consolidação da acessibilidade linguística no Brasil. No entanto, seu impacto efetivo depende da implementação concreta das medidas previstas, da formação de profissionais capacitados e do engajamento permanente da sociedade. Assim, a legislação é um passo essencial rumo à equidade comunicacional e ao reconhecimento dos direitos linguísticos como parte integrante da cidadania.

3.4 Panorama dos centros de interpretação no Brasil e o surgimento do CMILCG

Os centros de interpretação de Libras surgiram no Brasil como resposta à demanda crescente por acessibilidade linguística para a comunidade surda. Historicamente, a ausência de intérpretes qualificados em espaços institucionais e públicos limitou o acesso à informação e aos serviços essenciais. Alcântara (2021) ressalta que a cultura é atravessada por práticas

comunicativas, e negar a presença da Libras é invisibilizar identidades e impedir a plena participação cidadã.

Conforme informações disponibilizadas pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, as Centrais de Interpretação de Libras configuram-se como uma política pública estratégica para a promoção da acessibilidade linguística e para a garantia dos direitos das pessoas surdas no Brasil, que conta com diversas Centrais de Interpretação de Libras distribuídas pelo território nacional, voltadas à promoção da acessibilidade linguística das pessoas surdas (BRASIL, 2024). Dessas, três estão localizados no estado de Mato Grosso do Sul, nos municípios de Dourados, Três Lagoas e Campo Grande.

O Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG), embora apresente estrutura semelhante à dos demais CIL, distingue-se por um modelo de atendimento voltado prioritariamente às demandas dos serviços públicos municipais, como os relacionados à área da saúde, em especial as Unidades Básicas de Saúde (UBS), e aos serviços administrativos, como o atendimento ao contribuinte para questões relativas ao IPTU.

Nesse contexto, a abordagem da interseccionalidade mostra-se fundamental para a compreensão das vivências das pessoas surdas, considerando suas múltiplas dimensões sociais, culturais e identitárias. Articulada aos Estudos Culturais, essa perspectiva contribui para a análise da diversidade cultural, dos valores e das crenças que atravessam diferentes grupos sociais, permitindo uma compreensão mais ampla das experiências da comunidade surda. Tal entendimento é essencial para qualificar a prática intercultural em Libras, fortalecendo a atuação dos intérpretes e promovendo a equidade, a acessibilidade linguística e a inclusão social das pessoas surdas.

Com o fortalecimento dos movimentos surdos e o reconhecimento da Libras como língua oficial das comunidades surdas, a institucionalização dos serviços de interpretação tornou-se uma necessidade urgente. Almeida e Menezes (2022) destacam que os centros surgem como espaços de mediação entre o mundo surdo e ouvinte, promovendo equidade comunicacional em contextos diversos. A presença desses centros permite a atuação sistemática e organizada de intérpretes em serviços de saúde, educação, justiça e assistência social.

Arantes e Medeiros (2024) observam que o crescimento dos centros de interpretação no país ocorre de forma desigual, concentrando-se principalmente em regiões urbanas e em estados com maior mobilização política. Apesar disso, há iniciativas locais significativas que têm ampliado o acesso, sobretudo por meio de parcerias entre instituições de ensino, secretarias municipais e movimentos sociais. Barboza (2024) destaca que a construção de uma rede

nacional de centros ainda é um desafio, mas avanços são notórios na articulação dessas experiências.

Bonifácio (2024) aponta que, além da prestação do serviço de interpretação, esses centros exercem um papel educativo e cultural, promovendo eventos, formações e campanhas de sensibilização. Isso fortalece a visibilidade da comunidade surda e contribui para a formação de uma sociedade mais inclusiva. Arantes e Medeiros (2024) enfatizam que os centros devem ser pensados como espaços de referência para os surdos, não apenas como prestadores de serviço, mas como territórios de pertencimento.

Carvalho et al (2024) defendem que a existência desses centros não é apenas uma política de acessibilidade, mas uma estratégia de justiça social. Ao garantir comunicação efetiva, os centros promovem o exercício de direitos fundamentais e asseguram à comunidade surda o protagonismo em suas demandas. Conforme Sousa e Luna (2024), essa institucionalização representa um reconhecimento da diferença como parte da democracia e da cidadania plena.

Broedel (2024) chama atenção para a importância da formação crítica dos profissionais que atuam nos centros, destacando que a interpretação vai além da tradução literal e exige compreensão profunda dos contextos sociais e culturais envolvidos. Dessa forma, os centros também precisam ser ambientes de formação continuada e de apoio à prática profissional. Irber (2024) complementa que a manutenção dos centros depende de políticas públicas estruturadas e de financiamento adequado.

Nesse contexto, surge o Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG), como um exemplo concreto de avanço institucional em nível local. Criado a partir da articulação entre a prefeitura e organizações da sociedade civil, o CMILCG representa um marco para a cidade no que diz respeito à promoção da acessibilidade linguística. Sua proposta é ofertar o serviço de intérpretes em órgãos públicos, ampliando o acesso das pessoas surdas aos serviços municipais.

Sandoli e Marani (2024) consideram que o surgimento de centros como o CMILCG demonstra a importância da gestão municipal na promoção da inclusão. A atuação em nível local permite maior proximidade com a comunidade e adequação das políticas às realidades específicas. No entanto, também exige comprometimento com a continuidade administrativa e com a participação da população usuária na definição das prioridades do serviço.

FOTO 1 - 1.^a FORMAÇÃO CMILCG/MS (JUN/2021)

Fonte: Camara Municipal de Campo Grande, Set. 2021.

A foto 1, em questão registra a primeira formação do processo seletivo de 2021, que selecionou quatro profissionais intérpretes. O registro inclui a presença de autoridades e figuras-chave na criação da Central Municipal de Intérpretes de Libras (CMIL), como o subsecretário Amadeu Borges, o coordenador da CAPED (Coordenadoria de Apoio à Pessoa com Deficiência), Joel Faustino, e o vereador Otavio Trad, proponente do projeto de Lei que instituiu a CMIL.

Segundo Botteon, Paulo e Araujo (2025), é fundamental que experiências como a do CMILCG sejam documentadas, avaliadas e replicadas em outras localidades, contribuindo para a formação de uma rede nacional de boas práticas. Esses centros são instrumentos potentes de transformação social e devem ser fortalecidos por meio de parcerias interinstitucionais. A articulação entre diferentes níveis de governo e sociedade civil é chave para sua sustentação.

Corrêa, Silva e Lima Júnior (2025) afirmam que a existência dos centros de interpretação é um indicativo do grau de comprometimento de um município ou estado com os princípios da inclusão e da diversidade. Esses espaços traduzem em prática os dispositivos legais que garantem os direitos das pessoas com deficiência, funcionando como órgãos de implementação de políticas afirmativas.

Francisco e Argôlo (2025) reforçam que o crescimento e a consolidação dos centros de interpretação devem ser acompanhados de escuta ativa da comunidade surda, garantindo que

esses espaços reflitam suas necessidades e demandas reais. O protagonismo surdo na gestão e na avaliação desses serviços é essencial para sua legitimidade e eficácia. Dessa forma, os centros deixam de ser apenas espaços de atendimento e passam a ser instrumentos de transformação social.

Desde sua criação oficial, em 30 de setembro de 2021, o CMILCG já fez cerca de 4.562 atendimentos. Com base na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2021, conduzida pelo IBGE, a população de surdos em Campo Grande é estimada em aproximadamente 9.700 indivíduos. Esse número representa cerca de 1% da população total da capital. Os surdos são atendidos presencialmente, via web chamada ou indo até o local que o surdo precisa dessa intermediação, a chamada atendimento “in loco”.

FOTO 2 – EQUIPE CMILCG E PREFEITO MARCOS TRAD



Fonte: Arquivo pessoal, Jun. 2021.

Equipe do Centro Municipal de Interpretação de Libras (CMIL) com o Prefeito Marcos Trad, por ocasião da formação inicial do Centro, composta pelos quatro profissionais intérpretes aprovados no primeiro processo seletivo.

O centro foi criado por meio de um projeto do vereador Otavio Trad, e no primeiro ano, foram realizados cerca de 1.000 atendimentos, mesmo no final do período pandêmico. O Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande, estava inicialmente situada na rua Barão do Rio Branco, 2270 – Centro. Está diretamente ligado ao atendimento da comunidade

surda local, para uma acessibilidade linguística dos serviços públicos municipais de preferência, quando solicitado com antecedência, atende-se justiça, médicos e lives.

Em 2021, a prefeitura realizou um processo seletivo para 4 (quatro) intérpretes fluentes em Língua de Sinais, ficando lotados na Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos (SDHU), na pasta da Coordenadoria de Apoio à Pessoa com Deficiência (CAPED). Dentre os funcionários ainda não havia pessoa surda, mas na época quem fez a articulação do projeto do CMILCG foi o presidente da Associação de Amigos, Familiares e Profissionais de Surdos de MS (AFAPMS) Dr. Adriano Gianotto (Surdo), juntamente com a Câmara dos Vereadores, com projeto de Lei do vereador Otavio Trad, transformado na Lei n. 6.341, de 27 de novembro de 2019.

A gestão do CMILCG está atualizada a respeito das leis e políticas públicas relacionados à inclusão dos surdos e acessibilidade no mercado de trabalho. Sendo criado um decreto para maior esclarecimento e atendimento da comunidade surda em geral.

Em média são realizados 80 atendimentos por mês, segundo levantamento da SDHU (Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos). O Centro Municipal de Interpretação de Libras (CMIL), foi inaugurado oficialmente no dia 30 de setembro de 2021, em homenagem ao Dia Nacional e Municipal do Tradutor/Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

O espaço, que funcionava de forma remota desde 01 de junho de 2021, estava instalado na sede da SDHU. O Centro possibilita que pessoas com surdez tenham acessibilidade e inclusão. De junho a dezembro de 2021 a CMIL realizou cerca de 500 atendimentos à comunidade surda, sendo em sua maioria web chamada. Em diversas localizações, como INSS, Posto de saúde, delegacia, entrevistas de emprego, Casa da Mulher Brasileira, Defensoria pública, Fórum de Campo Grande, CRAS, FUNCRAF, consultas médicas, lives das coordenadorias da subsecretaria e mídias da prefeitura, eventos na Câmara Municipal, Palestra nas defensorias e eventos culturais.

Os dados foram quantificados em relatórios realizados pela equipe, mas por ser um período pandêmico não se detalhou se foram atendimentos presenciais ou a distância, tendo o maior número de atendimentos realizados por web chamada, para atendimento nos postos de saúde e demais localidades como citadas acima.

Inicialmente, o Centro contou com a contratação de quatro intérpretes de Libras, com jornada de oito horas diárias, havendo adequações nos horários de trabalho em razão do contexto pandêmico, a fim de atender às demandas da comunidade surda. Em maio de 2022, um dos intérpretes desligou-se da equipe em decorrência da aceitação de outra proposta profissional. Em julho do mesmo ano, outra intérprete foi aprovada em concurso público em

instituição distinta, resultando em seu desligamento, o que reduziu a equipe para apenas dois profissionais, já sobrecarregados diante do elevado volume de atendimentos realizados.

Em janeiro de 2023, a penúltima intérprete solicitou afastamento pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), permanecendo apenas a profissional, autora dessa dissertação, responsável pelos atendimentos.

Diante desse cenário, em outubro de 2023 foi realizado um novo processo seletivo, por meio de prova de títulos, para o preenchimento de quatro vagas, ocasião em que a intérprete autora desta dissertação passou a integrar a equipe novamente. O contrato temporário dos quatro profissionais selecionados teve início em novembro de 2023.

Apresenta-se, a seguir, a composição do quadro de intérpretes de Libras que ingressaram no Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG) em novembro de 2023, em decorrência do processo seletivo realizado naquele período.

FOTO 3 – 2ª FORMAÇÃO DE INTÉRPRETES CMILCG (NOV/2023)



Fonte: Arquivo pessoal, Dez. 2023.

Entretanto, em janeiro de 2024, um dos intérpretes contratados solicitou desligamento para assumir cargo em outro município e, em julho do mesmo ano, outra intérprete rescindiu o contrato em razão de incompatibilidade de horários. Assim, no momento da conclusão desta

pesquisa, o Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande conta novamente com apenas um profissional intérprete para atender às demandas da comunidade surda.

Com base nesse panorama, é possível afirmar que os centros de interpretação de Libras no Brasil têm avançado em reconhecimento e estruturação, ainda que enfrentem desafios significativos. O surgimento do CMILCG destaca-se como um modelo de política local comprometida com a acessibilidade e a participação cidadã. Esses espaços precisam ser cada vez mais fortalecidos para que possam cumprir seu papel na garantia dos direitos linguísticos e na promoção da justiça comunicacional.

Em síntese, o panorama atual dos centros de interpretação no Brasil revela uma trajetória de conquistas, resistências e reinvenções. A atuação desses espaços, sobretudo em articulação com os movimentos sociais e com a comunidade surda, é fundamental para consolidar uma sociedade mais inclusiva. O reconhecimento institucional, o financiamento sustentável e a valorização profissional dos intérpretes são condições essenciais para que esses centros possam se expandir com qualidade e eficiência.

4 EXPERIÊNCIAS, PERCEPÇÕES E PRODUÇÃO DE SENTIDOS: RESULTADOS DA PESQUISA NO CMILCG

Foram conduzidas **25 entrevistas presenciais** com usuários frequentes da CMILCG (Centro Municipal de Interpretação de Libras), para avaliar suas opiniões e experiências em relação aos serviços do centro. As entrevistas foram realizadas em **Língua Brasileira de Sinais (Libras)**, por meio de questionários, e filmadas para registrar sugestões de melhoria. Foram aplicados 25 questionários a um grupo de pessoas surdas, de diferentes gêneros e raças, com idade igual ou superior a 18 anos e diversos níveis de escolaridade. Todos os participantes possuíam histórico de frequência no CMILCG.

Esse questionário tem o objetivo de responder à pergunta que norteia o objeto de estudo que é analisar o papel do CMILCG na promoção da inclusão social e linguística, para o povo surdo da sociedade campo-grandense na percepção dos usuários dos serviços. Ao mesmo tempo, pode auxiliar o CMILCG identificar áreas de melhorias e fortalecer seus serviços, garantindo um atendimento cada vez mais eficiente e incluso para a comunidade surda campo-grandense.

Optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, com referências que permeiam a área da identidade do surdo. Desta forma, a pesquisa bibliográfica realizada proporcionou o embasamento teórico necessário para a construção do roteiro semiestruturado com questões norteadoras sobre: satisfação do atendimento, em qual área do atendimento, o tempo de espera para atendimento, uma questão aberta para possíveis sugestões do que está faltando segundo a opinião dos surdos entrevistados.

Segundo Minayo (2010, p. 64), "a entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão, mas seguindo um roteiro preestabelecido".

As entrevistas devem conter um procedimento interpretativo, que se utiliza de métodos múltiplos que são interativos e humanísticos na busca dos resultados, em que a coleta de dados envolve a participação ativa dos indivíduos, ocorrendo tradicionalmente com observações abertas, entrevistas, documentos, dentre outros meios.

Aplicou-se o questionário que está em anexo a fim de avaliar essas experiências do surdo quanto a CMILCG.

Com o objetivo de analisar o Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande/MS (CMILCG) sob a ótica dos Estudos Culturais, cobrindo o período de 2021 a 2024, percebeu-se que o CMILCG é reconhecido como uma importante iniciativa municipal que visa a mediação linguística entre pessoas surdas e ouvintes, promovendo o acesso essencial à informação, à educação e aos diversos serviços públicos por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A pesquisa investigou de que forma este espaço institucional contribui efetivamente para a visibilidade, valorização e reconhecimento da identidade surda na sociedade campo-grandense. Para tanto, adotou-se uma metodologia qualitativa, que incluiu uma abrangente revisão bibliográfica e análise documental, culminando na realização de entrevistas com 25 usuários surdos do centro.

4.1 Experiências e percepções de Sentidos

O CMILCG iniciou suas atividades remotamente em 1º de junho de 2021, em um período ainda marcado pela pandemia, e sua inauguração oficial ocorreu em 30 de setembro de 2021. Esse marco foi parte do calendário municipal, celebrando o Dia do Intérprete de Libras municipal e nacional. Desde sua abertura até dezembro de 2024, o centro registrou um total impressionante de 4.562 atendimentos. Esses atendimentos foram realizados em diferentes formatos para garantir a máxima acessibilidade, incluindo serviços presenciais (quando o surdo se dirige ao CMILCG), web chamada (por meio de vídeo), e atendimento "in loco" (onde o intérprete se desloca até o local indicado pelo surdo). Além disso, o CMILCG também atende a eventos e mídias, como vídeos produzidos pela secretaria ou prefeitura. O objetivo central desta dissertação foi analisar, a partir da percepção dos próprios usuários, se o CMILCG está de fato promovendo a inclusão social e linguística para a população surda de Campo Grande.

Apresentam-se algumas das muitas experiências vivenciadas pela CMIL, com o objetivo de contextualizar, na sequência, a exposição e a análise dos resultados da pesquisa realizada junto às pessoas surdas que mais frequentemente utilizaram e foram atendidas pelos serviços oferecidos pelo centro.

No âmbito das ações desenvolvidas pelo Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG), destacam-se iniciativas voltadas à garantia da acessibilidade linguística em serviços de saúde. Conforme ilustrado na fotografia a seguir, foi realizada uma ação em parceria com o CMILCG que possibilitou a realização de exames preventivos e mamografias para 34 mulheres surdas.

A presença de intérpretes de Libras assegurou a comunicação adequada durante todo o atendimento, garantindo que essas mulheres tivessem acesso às informações necessárias para a realização dos exames. Ressalta-se que, em razão das barreiras comunicacionais historicamente enfrentadas nos serviços de saúde, muitas das participantes realizaram tais procedimentos pela primeira vez, evidenciando a relevância da mediação linguística para a efetivação do direito à saúde.

FOTO 4 – OUTUBRO ROSA/ 2023



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Ação de promoção da acessibilidade linguística em serviços de saúde: realização de exames preventivos e mamografias com a participação de 34 mulheres surdas, com mediação de intérpretes de Libras, em parceria com o Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG).

Em 13 de novembro de 2023, o Centro Municipal de Interpretação de Libras (CMIL) realizou o acompanhamento integral de um parto, com o objetivo de garantir a acessibilidade linguística na comunicação entre os pais surdos e a equipe de saúde. O atendimento contou com a atuação da intérprete de Libras, autora desta dissertação no período das 11h às 1h30 da manhã, assegurando a mediação linguística durante todo o trabalho de parto, incluindo as orientações médicas e de enfermagem direcionadas à mãe surda nos primeiros cuidados. No período da manhã do dia seguinte, outra profissional intérprete deu continuidade ao atendimento, acompanhando o registro de nascimento da criança.

FOTO 5 – PARTO COM ACESSIBILIDADE LINGUISTICA (PAIS SURDOS)



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Parto com acompanhamento de intérprete de Libras, garantindo acessibilidade linguística aos pais surdos durante o atendimento hospitalar.

O acompanhamento oferecido pelo CMIL teve início ainda no período do pré-natal, estendendo-se até o parto e o pós-parto imediato, garantindo o acesso contínuo às informações relacionadas aos exames, procedimentos e orientações médicas. Considerando o histórico da mãe surda, que havia vivenciado um aborto espontâneo em gestação anterior, o acompanhamento foi realizado com atenção redobrada, assegurando a compreensão plena dos resultados dos exames, como ultrassonografias, informações sobre o desenvolvimento fetal e a identificação do sexo do bebê, por meio de interpretações presenciais e, quando necessário,

remotas. No pós-parto, a mediação linguística possibilitou que os pais recebessem orientações fundamentais acerca dos cuidados iniciais com o recém-nascido, como a amamentação e demais procedimentos que, frequentemente, são inacessíveis às mães surdas em razão das barreiras comunicacionais nos serviços de saúde.

Entre as ações desenvolvidas pelo Centro Municipal de Interpretação de Libras (CMIL), destacam-se as iniciativas voltadas à promoção da saúde da população surda masculina, em consonância com campanhas nacionais de prevenção. Nesse contexto, no âmbito da campanha Novembro Azul, foi realizada, em 2024, uma ação intersetorial em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SESAU), com a atuação de dois profissionais intérpretes de Libras. A iniciativa possibilitou o atendimento de 22 homens surdos, garantindo a acessibilidade linguística durante a realização de exames laboratoriais, testes rápidos para infecções sexualmente transmissíveis, atividades informativas e consultas com médico urologista. Em casos específicos, nos quais foram identificados sintomas ou indicativos clínicos, o profissional de saúde solicitou exames complementares, como ultrassonografia de próstata e dosagem do PSA.

FOTO 6 - CAMPANHA NOVEMBRO AZUL COM ATENDIMENTO ACESSÍVEL A HOMENS SURDOS



Fonte Arquivo pessoal, nov. 2024.

Ação realizada em parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde (SESAU) e o Centro Municipal de Interpretação de Libras (CMIL) para atendimento com acessibilidade linguística a 22 homens surdos.

Na continuidade dessa ação, foram realizados, em dezembro de 2024, exames de ultrassonografia de próstata para 15 homens surdos, com a presença das intérpretes de Libras da CMIL, assegurando a mediação linguística durante todo o procedimento, conforme ilustrado na imagem a seguir. Essas iniciativas evidenciam o papel da interpretação em Libras como elemento fundamental para a efetivação do direito à saúde, ao possibilitar o acesso à informação, à orientação médica e ao cuidado integral, superando barreiras comunicacionais historicamente enfrentadas pela comunidade surda.

FOTO 7 - ULTRASSOM HOMENS SURDOS DEZ/2024



Fonte Arquivo pessoal, Dez. 2024.

A realização dos exames de ultrassonografia de próstata contou com o acompanhamento de intérpretes de Libras durante todo o procedimento, assegurando a acessibilidade linguística aos homens surdos atendidos. Essa mediação estendeu-se também às consultas de retorno ao urologista, nas quais os participantes puderam compreender a análise e a interpretação dos resultados dos exames realizados. Trata-se, portanto, de uma ação estruturada de forma integral, contemplando início, desenvolvimento e conclusão, com garantia de acessibilidade linguística em todas as etapas do atendimento em saúde. Destaca-se que a participação de homens surdos que nunca haviam realizado exames preventivos anteriormente, em razão das barreiras

comunicacionais enfrentadas nos serviços de saúde, evidencia a centralidade da mediação em Libras para o acesso efetivo aos cuidados médicos e para a promoção da equidade no atendimento.

Diversos atendimentos foram realizados pelo Centro Municipal de Interpretação de Libras (CMIL) em diferentes contextos sociais, evidenciando a centralidade da acessibilidade linguística na garantia dos direitos da pessoa surda. A partir da experiência vivenciada e observada pela autora desta dissertação, constata-se que a mediação em Libras é fundamental em múltiplos âmbitos, como em entrevistas de emprego, no acompanhamento de partos — contribuindo para um atendimento mais humanizado e acessível —, na realização de exames periódicos de saúde e até mesmo em situações cotidianas, como o parcelamento de débitos relacionados ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Em todos esses contextos, a acessibilidade linguística mostra-se indispensável para que a pessoa surda compreenda plenamente as informações transmitidas, participe ativamente dos processos e tenha seu direito linguístico efetivamente garantido.

Com base nessas considerações, a seção seguinte apresenta a análise dos resultados obtidos a partir dos questionários aplicados às pessoas surdas que mais frequentaram e foram atendidas pelo CMIL, cujas experiências subsidiam a discussão proposta nesta dissertação.

4.2 Perfil sociodemográfico dos entrevistados

As entrevistas foram conduzidas com 25 pessoas surdas, escolhidas por terem utilizado os serviços do CMILCG com maior frequência, com o intuito de coletar suas percepções e experiências sobre o funcionamento e o impacto do centro. A compreensão do perfil sociodemográfico desses participantes é fundamental para contextualizar as respostas e identificar padrões na utilização dos serviços.

A Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos entrevistados revela características importantes dos usuários entrevistados. A idade média dos 25 participantes foi de 38 anos, indicando uma faixa etária ativa da população surda. Em termos de cor, a distribuição foi de 44% brancos, 32% pardos, 20% pretos e 4% indígenas, refletindo a diversidade étnica da região. Quanto ao gênero, a maioria era feminina (60%), seguida por 32% masculinos, 4% transgêneros e 4% que se identificaram como "Outros".

O nível de escolaridade dos entrevistados demonstra um elevado grau de formação, com 36% possuindo pós-graduação, 32% com ensino médio, 20% com ensino fundamental e 12% com ensino superior. Em relação à sua condição auditiva, a vasta maioria (80%) era surda,

enquanto 12% possuíam deficiência auditiva e 8% eram surdos oralizados. Esses dados ajudam a traçar um panorama dos usuários que interagem com o CMILCG e suas distintas necessidades.

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos entrevistados

Entrevistados	Idade Média	Cor	Gênero	Escolaridade	Deficiência
25 entrevistados	38 anos	44% Branco	60% Feminino	36% Pós-Graduação	80% Surdo
		32% Pardo	32% Masculino	32% E. Médio	12% Def. Auditivo
		20% Preto	4% Outros	20% E. Fundamental	8% Surdo Oralizado
		4% Indígena	4% Transgênero	12% Superior	0% Outros

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O perfil dos usuários caracterizou-se por uma alta frequência de atendimento e por um expressivo nível de escolaridade, com 36% dos participantes possuindo formação em nível de pós-graduação. A idade média observada foi de 38 anos, sendo a maioria composta por pessoas do gênero feminino (60%) e por indivíduos surdos (80%).

4.3 Periodicidade de utilização da CMIL

A frequência com que os entrevistados acessaram os serviços do Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG) constitui um indicador crucial para apreender a extensão e a natureza do papel que o centro desempenha na vida da comunidade surda. O Gráfico 1, especificamente intitulado “Periodicidade de utilização da CMIL”, oferece uma representação visual da regularidade com que os usuários buscam o apoio e a mediação linguística oferecidos pelo CMILCG.

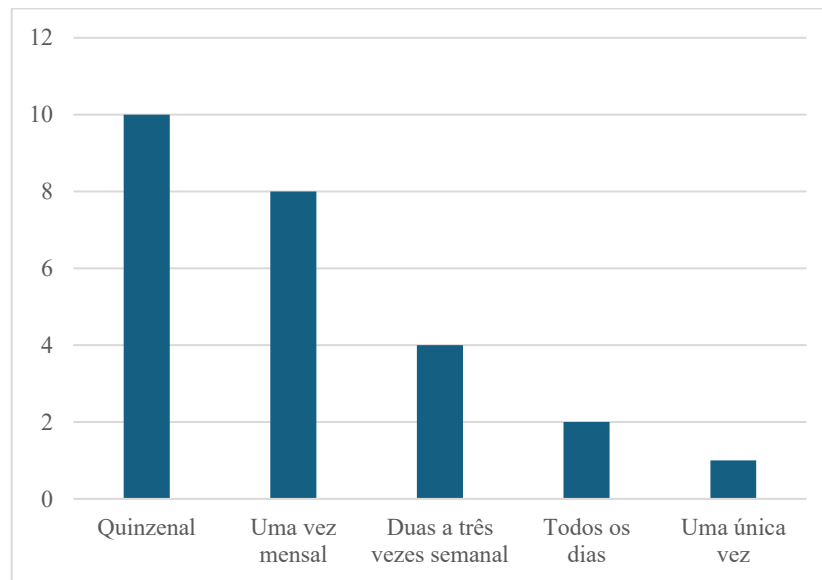
Este gráfico categoriza o uso em "Quinzenal", "Uma vez mensal", "Duas a três vezes semanal", "Todos os dias" e "Uma única vez", fornecendo uma base para entender a dinâmica de sua utilização.

A análise aprofundada desses dados é fundamental para discernir se a procura pelos serviços do CMILCG é predominantemente esporádica, atendendo a necessidades pontuais e eventuais, ou se o centro se integra de maneira mais contínua e sistemática ao cotidiano dos surdos, respondendo a demandas recorrentes e essenciais.

Tais padrões de periodicidade oferecem insights sobre o nível de integração dos serviços nas rotinas dos usuários, reafirmando o compromisso do CMILCG em promover a

acessibilidade linguística e a inclusão social, indo além de um mero local de tradução para atuar como agente de transformação social e fortalecimento da cidadania surda.

Gráfico 1 – Periodicidade de utilização da CMIL



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

4.4 Forma de conhecimento sobre a CMIL

A maneira pela qual os usuários surdos tomaram conhecimento do Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG) é um aspecto de fundamental importância para entender a disseminação da informação e a eficácia das estratégias de comunicação dessa iniciativa vital. O Gráfico 2, intitulado “Forma de conhecimento sobre a CMIL”, detalha visualmente as fontes de informação mencionadas pelos entrevistados, oferecendo insights valiosos sobre os canais mais efetivos dentro da comunidade surda.

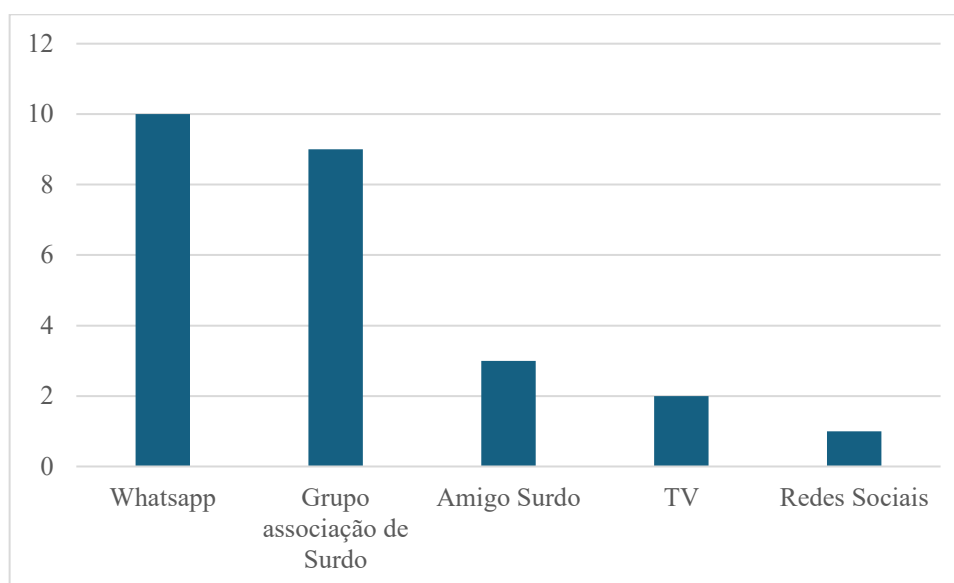
As opções apresentadas no questionário para os usuários surdos incluíam "Amigo Surdo", "Redes Sociais", "TV" e "Grupo associação de Surdo (Whatsapp)". A predominância de uma ou outra fonte não apenas reflete a força da comunicação interpessoal dentro da comunidade surda, mas também a influência das mídias digitais ou tradicionais, a importância das organizações e associações de surdos na divulgação de serviços essenciais como o CMILCG.

Observa-se que a comunicação que se propaga através de "Amigo Surdo" e "Grupo associação de Surdo (Whatsapp)" sugere uma forte rede de solidariedade e confiança. O CMILCG/MS representa mais que um local de tradução, ele opera como agente de

transformação social ao contribuir para o fortalecimento da cultura surda e da cidadania. Neste contexto, a informação vinda de pares ou de grupos organizados da comunidade surda, como a Associação de Amigos, Familiares e Profissionais de Surdos de MS (AFAPMS) que articulou a criação do centro, carrega maior credibilidade e confiabilidade, visto que "quem está validando é alguém da comunidade surda, com identidade cultural parecida com seus pares".

A recente contratação de um profissional surdo como assessor governamental incrementou ainda mais os atendimentos, justamente porque a validação partiu de alguém com a mesma cultura e identidade, mesmo sendo oralizado e intermediando a comunicação com surdos que não sinalizam.

Gráfico 2 – Forma de conhecimento sobre a CMIL.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Por outro lado, a presença de "Redes Sociais" e "TV" como fontes de conhecimento indica a diversificação dos canais de informação, embora a força da comunicação "boca a boca" (ou "mão a mão", na Libras) e através das associações tenda a ser mais profunda. Diferentes padrões de periodicidade podem sugerir o tipo de dependência ou integração dos serviços do CMILCG nas rotinas dos usuários, sejam necessidades quinzenais, mensais, semanais ou diárias, ou mesmo um uso único para uma situação específica. A análise dessas fontes, portanto, permite ao CMILCG identificar e fortalecer seus canais de comunicação, garantindo que a informação sobre seus serviços de mediação linguística e cultural atinja de forma mais eficaz a população surda de Campo Grande, reforçando o papel do centro na promoção da acessibilidade linguística e da inclusão social.

4.5 Acesso e agendamento da CMIL

A percepção dos usuários sobre a facilidade de acesso e agendamento dos serviços é um fator crucial para a efetividade e o impacto do Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG) na vida da comunidade surda. A Tabela 2, oferece uma visão detalhada e reflexiva da satisfação em relação a esses processos, demonstrando a importância de uma gestão atenta às necessidades da população atendida, conforme os objetivos de inclusão social e linguística.

Para a questão "O processo de agendamento foi claro e acessível?", uma ampla maioria de 76% dos entrevistados respondeu "SIM". Este dado é bastante positivo e sugere que o sistema de agendamento é, em geral, eficaz e compreensível para os usuários surdos, o que está em consonância com a missão do CMILCG de promover o acesso à informação e aos serviços públicos por meio da Libras. A clareza no agendamento é um passo fundamental para viabilizar a acessibilidade linguística e cultural. No entanto, foi constatado que 12% consideraram o processo "POUCO" claro ou acessível, 8% disseram "NÃO" e 4% responderam "TALVEZ". Essas porcentagens, embora minoritárias, indicam que, apesar da eficácia geral, ainda há espaço para pequenos ajustes e melhorias na comunicação do processo, garantindo que o CMILCG continue operando como um "agente de transformação social" ao refinar suas práticas e assegurar que todos os surdos tenham um acesso fluido.

Em relação ao "O tempo de espera para atendimento foi adequado?", 68% dos usuários afirmaram "SIM", o que demonstra que a maioria percebe o tempo de espera como razoável. Este resultado é importante, considerando a diversidade de serviços que o CMILCG abrange, como atendimentos médicos hospitalares, no INSS, na justiça, em delegacias e na busca por vagas de emprego. Um tempo de espera adequado é vital para a efetiva implementação de serviços e políticas públicas que visam à inclusão. Contudo, 16% responderam "POUCO" e 12% "NÃO", com 4% indicando "TALVEZ". Um histórico de interrupções e sobrecarga de intérpretes, o que pode impactar diretamente o tempo de espera. Esses números sugerem que, em alguns casos, o tempo de espera pode ser um ponto de atrito, merecendo atenção para a otimização do fluxo de atendimento e a garantia de um quadro de profissionais estável, para que o centro possa responder às demandas recorrentes e essenciais da comunidade surda.

Finalmente, sobre a pergunta "O horário de funcionamento da CMIL atende às suas necessidades?", 64% responderam "SIM", o que é uma boa indicação de alinhamento com a disponibilidade dos usuários e a busca por "equidade comunicacional". No entanto, 16% assinalaram "TALVEZ", 12% "NÃO" e 8% "POUCO". A porcentagem de "TALVEZ" (16%)

é a mais alta nessa categoria, o que pode indicar uma flexibilidade desejada ou a necessidade de expansão dos horários em certas situações, para acomodar diferentes rotinas e demandas da comunidade surda.

Portanto, uma análise mais aprofundada desses "TALVEZ", "NÃO" e "POUCO" pode revelar a necessidade de estender o horário de funcionamento ou oferecer maior flexibilidade, reafirmando o compromisso do CMILCG em promover a acessibilidade linguística e a inclusão social, indo além de um mero local de tradução para atuar como agente de transformação social e fortalecimento da cidadania surda. Conforme apresentado na Tabela 2, a "escuta ativa da comunidade surda e a incorporação da diferença como valor" são, cruciais para a eficácia do CMILCG.

Tabela 2 – Percepção dos entrevistados sobre acesso e agendamento na CMIL.

Questões sobre acesso e agendamento	Percentual de frequência das respostas			
	SIM	POUCO	NÃO	TALVEZ
O processo de agendamento foi claro e acessível?	76%	12%	8%	4%
O tempo de espera para atendimento foi adequado?	68%	16%	12%	4%
O horário de funcionamento da CMIL atende às suas necessidades?	64%	8%	12%	16%

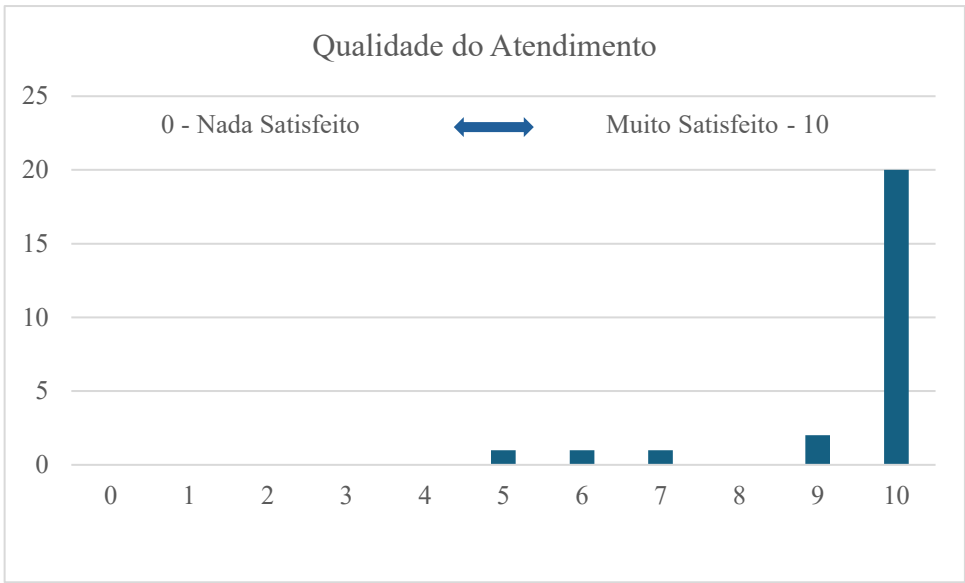
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

4.6 Percepção sobre a qualidade no atendimento

A avaliação da qualidade do atendimento é um termômetro direto da eficácia do Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG) em satisfazer as expectativas e necessidades de seus usuários, refletindo o sucesso em sua missão de promover a acessibilidade linguística e a inclusão social. Compreender essa percepção é crucial para o CMILCG, que se configura não apenas como um órgão técnico, mas como um agente cultural ativo e um "agente de transformação social".

O Gráfico 3 ilustra as avaliações dos usuários em uma escala de 0 a 10 (onde 0 significa "Nada Satisfeito" e 10 "Muito Satisfeito"), aponta para uma tendência predominantemente positiva. Embora os valores exatos de cada ponto da escala não estejam detalhados no texto, a conclusão geral apresentada indica um alto nível de contentamento, sugerindo que a maioria dos usuários se posiciona nas faixas superiores da escala. Essa granularidade na avaliação, de 0 a 10, permite captar nuances importantes na satisfação dos usuários surdos, um grupo que historicamente enfrenta barreiras comunicacionais e de acesso.

Gráfico 3 - Percepção sobre a qualidade do atendimento na CMIL.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Complementando essa visão quantitativa do Gráfico 3, a Tabela 3 – Serviços utilizados, áreas de atuação e percepção da qualidade dos serviços oferece dados ainda mais específicos e reforça o cenário de alta satisfação. Observa-se que 42% dos entrevistados consideraram a qualidade do atendimento "Muito Positivo", o que é um indicativo robusto da excelência percebida nos serviços do CMILCG.

Adicionalmente, outros 31% classificaram a qualidade como "Relativamente Boa". Juntos, esses dois grupos representam uma vasta maioria dos usuários – 73% – que têm uma percepção positiva sobre os serviços prestados. Tal resultado valida a relevância do centro na vida da comunidade surda, assegurando que o acesso à informação, à educação e aos serviços públicos por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) está sendo efetivado com êxito.

É notável que apenas 8% dos usuários avaliaram a qualidade como "Nem positivo, nem negativo" e um percentual ainda menor, 4%, como "Relativamente Ruim". Mais significativo ainda é o fato de que nenhum usuário respondeu "Muito Ruim". A ausência de avaliações na categoria mais negativa e os baixos índices nas categorias neutra ou levemente insatisfatória demonstram que o CMILCG está conseguindo evitar experiências altamente negativas e que a insatisfação é uma exceção. Isso valida a importância e a relevância de sua atuação para a comunidade surda, especialmente considerando os desafios que a instituição enfrentou com a rotatividade de intérpretes e a sobrecarga de trabalho.

Esses resultados globais indicam um alto grau de satisfação geral com a qualidade dos serviços prestados pelo CMILCG, o que, por sua vez, valida a importância e a relevância de sua atuação para a comunidade surda. A percepção majoritariamente positiva reforça a ideia de que o CMILCG não é apenas um local de tradução, mas um espaço de afirmação linguística e política, que contribui para a visibilidade, valorização e reconhecimento da identidade surda na sociedade de Campo Grande. Essa validação é fundamental para o centro continuar a cumprir seu objetivo de garantir a "acessibilidade linguística e cultural nos serviços públicos prestados pelo município", expandindo seu atendimento para diversas áreas como saúde, justiça, e trabalho, onde a comunicação é essencial para a garantia de direitos.

A amplitude da atuação do Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG) é evidenciada pela diversidade dos serviços utilizados e das áreas de atendimento, demonstrando seu impacto multifacetado em diferentes esferas da vida dos usuários surdos. Esta abrangência é crucial para a efetividade da instituição em sua missão de promover a acessibilidade linguística e cultural e posicioná-lo como um agente de transformação social.

4.7 Serviços utilizados, áreas de atuação e percepção da qualidade dos serviços

A Tabela 3 – Serviços utilizados, áreas de atuação e percepção da qualidade dos serviços detalha que uma parcela significativa, 39% dos atendimentos, foi realizada através de meio online (Web Chamada). Este dado reflete a importância e a adaptabilidade dos formatos flexíveis, que foram essenciais, especialmente considerando que o CMILCG iniciou suas operações de forma remota em junho de 2021, durante o período pandêmico, e continuou a utilizar essa modalidade para atender demandas em diversas localidades. A modalidade "Web Chamada" garante que o acesso à comunicação em Libras seja mantido mesmo quando a presença física é inviável, viabilizando acessibilidade para serviços essenciais como os em postos de saúde.

Os atendimentos "in loco" representaram 33% dos serviços, sublinhando a necessidade de suporte direto em locais específicos indicados pelos usuários. Complementarmente, os atendimentos presenciais totalizaram 28%, garantindo que os usuários possam ir até o centro ou serem atendidos em pontos específicos quando necessário. Essa distribuição equilibrada entre as modalidades demonstra a flexibilidade do CMILCG em atender a uma gama variada de necessidades e contextos, reforçando a ideia de que a acessibilidade linguística é um direito fundamental.

Tabela 3 – Serviços utilizados, áreas de atuação e percepção da qualidade dos serviços.

Serviços utilizados		Serviços por área		Qualidade dos serviços	
Online (Web Chamada)	39%	Saúde	38%	Muito Positivo	42%
In loco	33%	Justiça	30%	Relativamente Boa	31%
Presencial	28%	Trabalho	24%	Nem positivo, nem negativo	8%
		Outros	5%	Relativamente Ruim	4%
		INSS	3%	Muito Ruim	0%

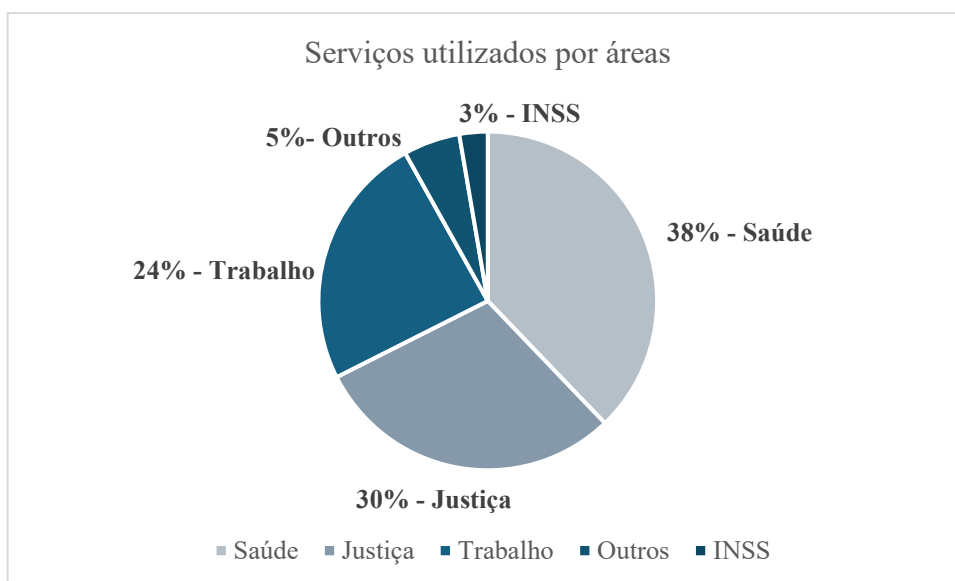
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

As áreas de atuação onde os serviços foram mais solicitados são igualmente significativas, visualizado no Gráfico 4 – Serviços utilizados por áreas. A Saúde representou a maior fatia, com 38% dos serviços. Este percentual elevado sublinha o papel crucial do CMILCG em ambientes de saúde, como hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e consultas médicas, onde a comunicação clara e eficaz é vital para o diagnóstico, tratamento e bem-estar dos usuários surdos. A garantia da comunicação em saúde é um dos pilares da efetivação dos direitos e da inclusão social.

A área da Justiça seguiu com 30% dos atendimentos, indicando uma demanda significativa por apoio em instituições como delegacias, defensorias públicas, Procon e fóruns. A atuação do CMILCG nesses contextos é fundamental para garantir que os direitos legais dos surdos sejam plenamente exercidos e que eles não sejam invisibilizados ou prejudicados pela barreira comunicacional.

O Trabalho ficou com 24% dos atendimentos, demonstrando o auxílio vital do CMILCG na busca por vagas de emprego e em processos relacionados à vida profissional dos surdos. A intermediação em situações de trabalho é essencial para a autonomia e a inclusão econômica e social da comunidade surda. Outras áreas mencionadas incluem o INSS, com 3%, e outros serviços não especificados, com 5%.

Gráfico 4 – Serviços utilizados por áreas.

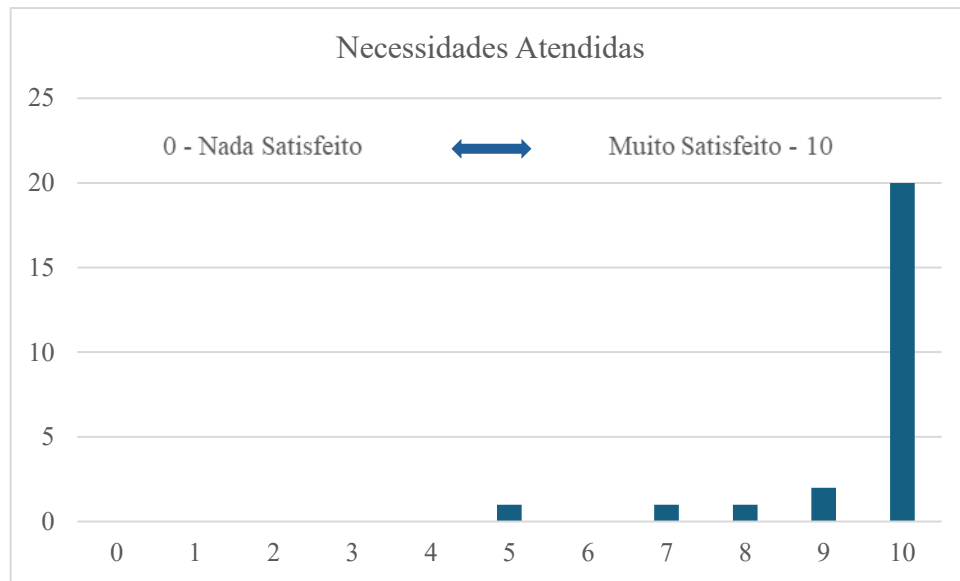


Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O CMILCG expande seus atendimentos para cobrir necessidades em diversas instituições, como as Unidades Básicas de Saúde – UBS, a Casa da Mulher Brasileira e a Defensoria Pública com causas referente pensão alimentícia onde a comunicação acessível é imprescindível para o acesso a direitos e suporte, dentre outras. Essa expansão demonstra um compromisso robusto em promover a acessibilidade linguística e a inclusão social da pessoa surda em toda a comunidade de Campo Grande, buscando atender às demandas recorrentes e essenciais. A variedade de serviços e áreas atendidas ressalta que o CMILCG vai além de ser um mero local de tradução, operando como um espaço de afirmação linguística e política que contribui para o fortalecimento da cidadania surda.

A avaliação do grau de atendimento das necessidades é um indicativo direto da capacidade do CMILCG em resolver os problemas e demandas dos usuários. O Gráfico 5 – Grau de atendimento das necessidades através dos serviços oferecidos mostra a percepção dos entrevistados em uma escala de 0 a 10, onde 0 representa "Necessidades Não Atendidas" e 10 significa "Totalmente Atendidas". A distribuição das respostas nesse gráfico permite inferir a eficácia geral do centro em lidar com as diversas situações apresentadas pelos surdos, revelando a extensão em que o CMILCG cumpre sua missão de inclusão. Uma concentração de respostas nas notas mais altas seria um forte indício de sucesso na mediação e resolução das necessidades comunicacionais e sociais dos usuários.

Gráfico 5 – Grau de atendimento das necessidades através dos serviços oferecidos.

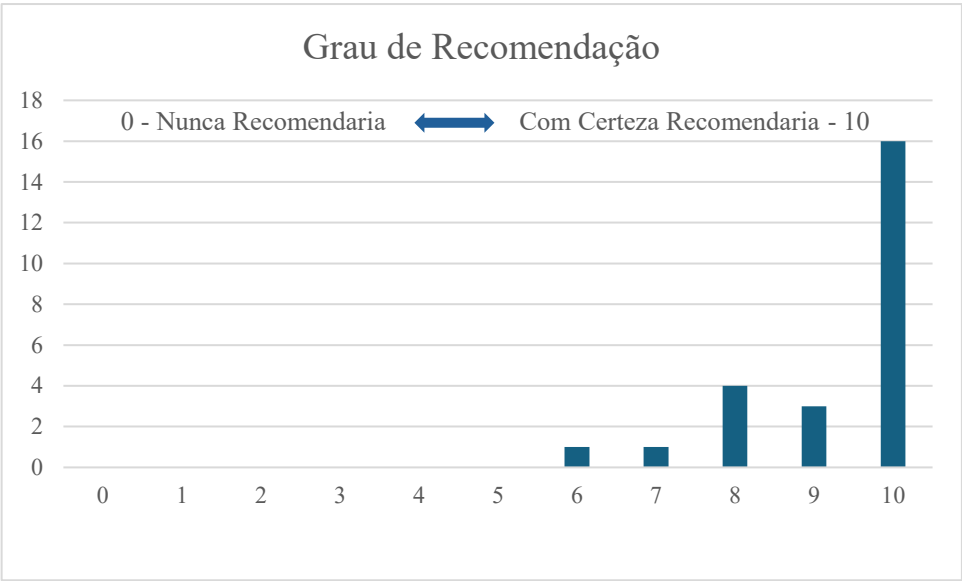


Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O nível de recomendação do Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG) por parte dos usuários é um forte indicador de satisfação e confiança nos serviços prestados. O Gráfico 6 – Grau de recomendação da CMIL é a ferramenta que capta essa percepção, representando a disposição dos entrevistados em recomendar o Centro para outras pessoas, utilizando uma escala de 0 a 10, onde 0 significa "Nunca Recomendaria" e 10 "Com Certeza Recomendaria". Um alto grau de recomendação não apenas valida a qualidade geral do CMILCG, mas também sugere que os usuários se sentem suficientemente satisfeitos e confiantes para endossar o centro a seus pares, o que é vital para a disseminação e legitimação do serviço dentro da comunidade surda.

Essa validação, expressa pela recomendação, é um reconhecimento tácito do papel transformador do CMILCG na vida dos surdos. A confiança demonstrada pelos usuários reflete a percepção de que o centro vai além da mera mediação linguística; ele contribui ativamente para a efetivação de direitos e o fortalecimento da cidadania surda. A recomendação é particularmente poderosa porque, ao ser compartilhada entre membros da comunidade surda, ela constrói uma credibilidade orgânica e culturalmente sensível, aspecto crucial para um centro que busca quebrar barreiras comunicacionais e culturais.

Gráfico 6 – Grau de recomendação da CMIL.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Mesmo com os altos índices de satisfação percebidos pelos usuários em outras avaliações, como a qualidade dos serviços onde 42% consideraram "Muito Positivo" e 31% "Relativamente Boa", a coleta de sugestões de melhoria é fundamental para o aprimoramento contínuo dos serviços do Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG). O Gráfico 7 - Aspectos do atendimento com sugestão de melhorias apresenta as áreas onde os usuários indicaram a necessidade de aprimoramentos nos serviços do CMILCG.

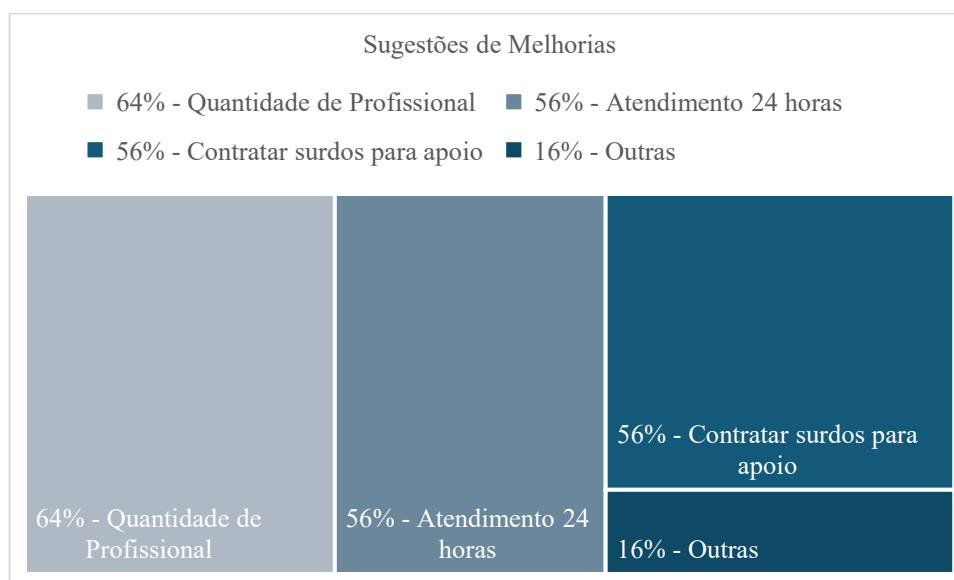
Este gráfico representa a síntese das contribuições qualitativas dos entrevistados, coletadas por meio de questões abertas em um questionário semiestruturado. Essa seção é essencial para o CMILCG identificar pontos fracos percebidos pela comunidade, priorizar ações e otimizar seus recursos, garantindo que o centro permaneça responsivo às necessidades em constante evolução da população surda. A busca por essas sugestões demonstra um compromisso com a excelência e a adaptabilidade, aspectos cruciais para um centro que atua como agente de transformação social.

Ao dar voz aos seus usuários, o CMILCG alinha-se à sua missão de promover a acessibilidade linguística e a inclusão social e linguística para a comunidade surda campo-grandense, com um objetivo específico de identificar áreas de melhorias e fortalecer seus serviços. Essa proatividade em buscar feedback contribui diretamente para a visibilidade,

valorização e reconhecimento da identidade surda na sociedade, conforme a perspectiva dos Estudos Culturais que embasa a pesquisa.

As sugestões dos usuários são um termômetro vital para a gestão do CMILCG, permitindo que o centro não se configure apenas como um "órgão técnico", mas como um agente cultural ativo que se molda às realidades e expectativas de quem utiliza seus serviços. Essa escuta ativa e a subsequente implementação de melhorias reforçam o papel do CMILCG como um instrumento de justiça social e inclusão efetiva, bem como permite compreender e agir sobre esses aspectos de melhoria é fundamental para que o CMILCG continue a quebrar barreiras comunicacionais e culturais, assegurando que a Libras se mantenha como meio efetivo para a garantia de direitos para a população surda.

Gráfico 7 - Aspectos do atendimento com sugestão de melhorias.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG/MS), ao longo de sua atuação entre 2021 e 2024, revelou-se muito mais do que um simples prestador técnico de serviços de interpretação. Na perspectiva dos Estudos Culturais, o CMILCG emerge como um movimento político e simbólico fundamental na luta por reconhecimento, legitimidade e pertencimento da comunidade surda. Este espaço institucional tensiona as relações entre cultura, poder e linguagem, afirmando a Libras como um elemento estruturante e central da cidadania surda.

A análise aprofundada, sob a ótica dos Estudos Culturais, destacou que o CMILCG funciona como um mediador entre diferentes regimes de significação, onde práticas discursivas

e institucionais se entrelaçam para construir sentidos sobre inclusão, normalidade e a própria diferença. A atuação do centro não se limita a traduzir literalmente, mas também interpreta, legitima e reposiciona os sujeitos surdos em diversos espaços públicos, garantindo o pleno direito à comunicação em sua forma mais completa. Nesse contexto, a Libras é compreendida não como um mero recurso funcional, mas como uma linguagem viva, carregada de memória, identidade e resistência, tornando-se um elemento central de uma política de reconhecimento da cultura surda.

A existência de intérpretes qualificados e a capacidade de atendimento sistemático das demandas por acessibilidade linguística em serviços públicos demonstram um avanço significativo na responsabilidade estatal em relação à inclusão. No entanto, os resultados da pesquisa apontam que a sustentabilidade institucional do CMILCG ainda requer investimentos contínuos em formação, estrutura e articulação intersetorial. É crucial reconhecer que o serviço prestado pelo CMILCG é intrinsecamente simbólico e político, e sua eficácia depende de uma escuta ativa e constante da comunidade surda, bem como da incorporação da diferença como um valor intrínseco.

O funcionamento do CMILCG deve ser compreendido como o resultado de uma longa e árdua luta histórica por direitos linguísticos. Sua consolidação exige o fortalecimento de redes de apoio e de políticas públicas que assegurem a continuidade e a ampliação de seus serviços. O centro opera como uma tecnologia social capaz de ressignificar a relação entre surdos e instituições, pavimentando o caminho para a implementação de práticas inclusivas que são profundamente ancoradas no diálogo, na escuta e no respeito às singularidades culturais da comunidade surda. O reconhecimento da Libras e a legitimação do protagonismo surdo são, portanto, elementos centrais para a efetivação da equidade comunicacional.

Em síntese, o CMILCG contribui de forma contundente para uma reconfiguração das práticas institucionais e dos sentidos atribuídos à acessibilidade, à inclusão e à cidadania. Sua análise pelos Estudos Culturais evidencia que os processos de interpretação não são neutros ou meramente operacionais, mas estão atravessados por complexas relações de poder, identidades e disputas simbólicas. Ao articular de maneira estratégica linguagem, política e cultura, o CMILCG representa um avanço significativo na construção de uma sociedade que valoriza a diversidade e reconhece o direito à diferença como um princípio estruturante e indispensável da vida pública. A experiência do CMILCG/MS, assim, é um exemplo notável de como iniciativas locais podem operar como agentes de transformação social, contribuindo para o fortalecimento da cultura e da cidadania surda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG/MS), analisado sob a ótica dos Estudos Culturais, constitui um marco relevante na consolidação de políticas públicas voltadas à acessibilidade linguística e à valorização da diferença. Sua atuação entre 2021 e 2024 revela um movimento político e simbólico que ultrapassa a prestação técnica de serviços de interpretação, inserindo-se no campo das disputas por reconhecimento, legitimidade e pertencimento da comunidade surda. O CMILCG se apresenta, portanto, como um dispositivo institucional que tensiona as relações entre cultura, poder e linguagem, evidenciando a centralidade da Libras como elemento estruturante da cidadania surda.

A perspectiva dos Estudos Culturais permitiu analisar o CMILCG como um espaço de mediação entre diferentes regimes de significação, onde práticas discursivas e institucionais se cruzam na produção de sentidos sobre inclusão, normalidade e diferença. A atuação do centro não apenas traduz, mas interpreta, legitima e reposiciona sujeitos surdos nos espaços públicos, promovendo o direito à comunicação em sua forma plena. A Libras, nesse contexto, emerge não como um recurso funcional, mas como linguagem viva, que carrega memória, identidade e resistência, sendo articulada como elemento central de uma política de reconhecimento.

A presença de intérpretes qualificados e o atendimento sistemático da demanda por acessibilidade linguística nos serviços públicos demonstram um avanço em termos de responsabilidade estatal e de resposta às exigências sociais por inclusão. Contudo, os dados evidenciam que a sustentabilidade institucional do CMILCG ainda requer investimentos contínuos em formação, estrutura e articulação intersetorial. É necessário reconhecer que o serviço prestado não é apenas técnico, mas simbólico e político, e que sua eficácia depende da escuta ativa da comunidade surda e da incorporação da diferença como valor.

O funcionamento do CMILCG deve ser compreendido como resultado de uma luta histórica por direitos linguísticos, e sua consolidação exige o fortalecimento de redes de apoio e de políticas públicas que garantam continuidade e ampliação dos serviços. O centro opera como uma tecnologia social que ressignifica a relação entre surdos e instituições, abrindo caminho para práticas inclusivas ancoradas no diálogo, na escuta e no respeito às singularidades culturais. O reconhecimento da Libras e a legitimação do protagonismo surdo constituem elementos centrais para a efetivação da equidade comunicacional.

Diante do exposto, observa-se que o CMILCG contribui para uma reconfiguração das práticas institucionais e dos sentidos atribuídos à acessibilidade, à inclusão e à cidadania. Sua

análise a partir dos Estudos Culturais evidenciou que os processos de interpretação não são neutros ou meramente operacionais, mas atravessados por relações de poder, identidades e disputas simbólicas. O CMILCG, ao articular linguagem, política e cultura, representa um avanço significativo na construção de uma sociedade que valoriza a diversidade e reconhece o direito à diferença como princípio estruturante da vida pública.

Essa abordagem amplia a compreensão das diversidades dentro da própria cultura surda, revelando dinâmicas de poder e resistência que permeiam as experiências individuais.

Além disso, a prática de ativismo surdo, muitas vezes destacada nos estudos culturais, tem sido essencial para a luta por direitos e reconhecimento. Movimentos como o da Língua Americana de Sinais (ASL) ou o movimento surdo brasileiro promoveram a valorização da língua de sinais e exigiram acessibilidade em diversos espaços, desde instituições educacionais até ambientes de trabalho. A intersecção entre ativismo e pesquisa é uma oportunidade poderosa para a academia colaborar com a comunidade surda, criando um diálogo que pode enriquecer tanto o conhecimento acadêmico quanto as práticas sociais. A interseccionalidade, como vimos presente nas análises dos gráficos, também oferece uma ferramenta crítica essencial para os Estudos Culturais, permitindo uma compreensão mais holística das identidades e das suas complexidades.

Ao integrar essa abordagem, podemos desenvolver análises mais profundas e significativas das dinâmicas culturais que moldam as experiências contemporâneas. Reconhecendo as intersecções entre diferentes dimensões da identidade, torna-se possível não apenas desafiar narrativas monolíticas, mas também criar espaços de diálogo e resistência que promovam uma justiça social mais eficaz. Assim, o campo dos Estudos Culturais, ao adotar a interseccionalidade, não apenas avança na academia, mas também contribui para a construção de um mundo mais equitativo e inclusivo.

Nesse sentido, os resultados analisados podem ser compreendidos à luz dos pressupostos dos Estudos Culturais, especialmente no que se refere às categorias de cultura, identidade, representação, poder e diferença. A acessibilidade linguística em Libras, evidenciada nas ações desenvolvidas pelo Centro Municipal de Interpretação de Libras (CMIL), ultrapassa uma dimensão meramente técnica, constituindo-se como um espaço de produção de sentidos e de reconhecimento identitário da pessoa surda. Conforme apontam os Estudos Culturais, a linguagem desempenha papel central na construção das experiências sociais; assim, a presença do intérprete de Libras nos serviços públicos redefine relações de poder historicamente marcadas pela exclusão linguística, possibilitando a participação ativa da comunidade surda em diferentes esferas da vida social.

Além disso, as percepções e experiências relatadas pelas pessoas surdas atendidas pelo CMIL revelam disputas simbólicas em torno da representação e do pertencimento nos espaços institucionais. A mediação linguística promove não apenas o acesso à informação, mas também a ressignificação das práticas sociais, tensionando modelos hegemônicos baseados exclusivamente na oralidade. Sob essa perspectiva, o CMIL configura-se como um espaço de mediação cultural e política, no qual a Libras é legitimada como língua e prática social, reafirmando o direito linguístico como direito cultural.

Desse modo, as recomendações e encaminhamentos apresentados a partir dos dados empíricos articulam-se diretamente com a base teórica dos Estudos Culturais, evidenciando que a ampliação e o fortalecimento das políticas de acessibilidade linguística são fundamentais para a promoção da equidade e da inclusão da pessoa surda nos serviços públicos.

Apesar dos avanços nos estudos surdos e das mudanças nas percepções culturais, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados. A exclusão social e a falta de acessibilidade variam de acordo com a vida de muitos surdos. As instituições educacionais, por exemplo, frequentemente falham no fornecimento de serviços inclusivos e recursos adequados para alunos surdos, resultando em altas taxas de abandono escolar e subaproveitamento de talentos.

Os estudos culturais podem ajudar a destacar como essas barreiras são construídas e perpetuadas pela sociedade. Além disso, é crucial que a pesquisa acadêmica se aproxime das necessidades e realidades da comunidade surda, promovendo colaborações que priorizem a voz e a agência dos surdos na formulação de políticas e práticas.

Os estudos surdos representam uma área vital de pesquisa que amplia nosso entendimento sobre a surdez como uma construção cultural e não meramente uma deficiência. Ao integrar os conhecimentos dos estudos culturais, podemos começar a ver a surdez sob uma nova luz, registrando suas complexidades e a riqueza cultural que ela abriga. É imperativo que continuemos a promover a inclusão, a representatividade e o reconhecimento da cultura surda na sociedade, e que a academia se comprometa em trabalhar lado a lado com a comunidade surda nesta jornada. Os desafios ainda são muitos, mas a colaboração entre pesquisa e ativismo pode abrir portas para um futuro onde uma cultura surda seja plenamente valorizada e integrada à tapeçaria social mais ampla.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. T. (organizadora). **Análise do discurso e educação: considerações sobre o ensino de línguas**. Guarujá-SP: Científica Digital, 2023.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vania de Aquino Albres. **Libras em estudo: tradução/interpretação** - Neiva de Aquino Albres e Vânia de Aquino Albres Santiago (organizadoras). – São Paulo: FENEIS, 2012.

ALCÂNTARA, Katicilayne Roberta. **A (in)acessibilidade artístico-cultural para surdos na cidade de Campo Grande/MS**. 156f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Aquidauna, 2021.

ALMEIDA, L. S. L.; MENEZES, A. B. C. **Reconhecendo barreiras atitudinais para a construção de uma escola inclusiva**. In: MENEZES, A. B. C. (Org.). **Ensinar e aprender: desafios para educação do século XXI**. Curitiba: ABPMC, 2022.

ARANTES, Maria do Socorro da Silva; MEDEIROS, Lucineide Barros. **Educação popular na agenda de pesquisa das ciências sociais e humanas: fundamentos ao pensamento decolonial** Revista de Políticas Públicas, vol. 28, 2024.

ARAÚJO, P. F. B. D.; SOUZA, M. J. D.; MARANI, V. H. **Corpo, gênero e capoeira: experiências autoetnográficas a partir dos Estudos Culturais Físicos**. Licere, v. 25, n. 1, p. 343–368, 2022.

BARBOZA, Polliana. **Educação de surdos entre narrativas docentes: construções reflexivas à luz dos estudos culturais e estudos surdos**. Inclusão, Direitos Humanos E Interculturalidade, vol. 2, 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Centrais de Interpretação de Libras**. Brasília: MDHC, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/centrais-de-interpretacao-de-libras>>. Acesso em: 15 out. 2025.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2013.

BOTTEON, L. A. F.; PAULO, E. C. de; ARAUJO, R. S. de. **Língua brasileira de sinais como disciplina obrigatória no curso de pedagogia: os impactos na prática docente.** REVISTA DELOS, v. 18, n. 65, p. e4359, 2025

BONIFÁCIO, Maria de Fátima Alves. **Narrativas orais como veículos de identidade e resistência: uma análise sob a ótica dos estudos culturais.** Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPPFIP/UFMS/CPAQ, 2024.

BONIN, Iara Tatiana; et al. Luís Henrique Sacchi dos. **Por que Estudos Culturais?** Educação & Realidade, v. 45, p. 1- 22, 2020.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais.** 276f. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013.

BROEDEL, Carolina Caetano. **O gerenciamento da produção de materiais em libras no centro de referência em formação e educação a distância do Instituto Federal Do Espírito Santo – IFES.** 35f. Trabalho de conclusão de curso. Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, 2024.

CABRAL, Geisa de Sousa. **A percepção dos estudos culturais sobre a inclusão dos surdos na escola.** In:ROCHA, Gilma da Silva Pereira. **Os Estudos Culturais e os processos de in/exclusão na Educação.** Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2022.

CABRAL, Geisa de Sousa. SOUSA, Geila Santos de. **Educação de surdos em tempos de inclusão à luz dos estudos culturais em educação** In:ROCHA, Gilma da Silva Pereira. **Os Estudos Culturais e os processos de in/exclusão na Educação.** Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Em três meses, Centro Municipal de Interpretação de Libras tem mais de 90 atendimentos e vereador Otávio Trad comemora criação. *Campo Grande*, 2021. Disponível em: <https://camara.ms.gov.br/vereador-otavio-trad/em-tres-meses-centro-municipal-de-interpretacao-de-libras-tem-mais-de-90-atendimentos-e-vereador-otavio-trad-comemora-criacao/>. Acesso em: Fev. 2025.

CARDOSO, Thomas Victor Barreto; LIMA, Maria Izabella Souza de. **Interseccionalizando o direito à educação: quais corpos podem habitar o conhecimento.** Revista Brasileira de Estudos da Homocultura. Cuiabá, v. 03, n. 13, jan. - abr., p. 231 – 248, 2021.

CARVALHO, E. P. N. de; et al. **Aspectos históricos, linguísticos e culturais implicados no uso da língua brasileira de sinais.** REVISTA FOCO, v. 17, n. 10, p. e6371, 2024.

CARVALHO, V. F. CAMPELLO, A.R.S. **A existência de quatorze (14) identidades surdas.** Humanidades & Inovação, 9.14, 2022.

CORRÊA, Adriana Moreira de Souza; SILVA, Egle Katarinne Souza da; LIMA JÚNIOR, José Arnor de. **Mãos & Prosa: discussões sobre tradução e interpretação em/para libras com a comunidade acadêmica da UFPE.** Revista Extensão, v. 9, n. 2, p. 101-109, 6 fev. 2025.

DIAS, Wilson Marques. **Estudos culturais em colcha de retalhos: identidades em (re)construção e memórias de um processo pandêmico.** 101f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Aquidauana, 2024.

EUGÊNIO, Josieane; SILVA, Alex Sander. **Os professores não sabiam o que fazer comigo: reflexões interseccionais de uma mulher negra com deficiência.** Educação em Revista. Marília, v.23, n. 1, p. 27-42, 2022.

FERREIRA, Lucinda. **Por uma gramática de Língua de Sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

FONSECA, Janete Rosa da; PORTOCARRERO, Priscila Gambarra de Souza. (Orgs.). **Estudos culturais e educação: abordagens interdisciplinares na sociedade da diferença.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade.** A vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANCISCO, Gildete da S. Amorim Mendes; ARGÔLO, Mariana Alonso. **Avanços e perspectivas da educação bilíngue de surdos no Brasil.** Ensaios Pedagógicos, v. 9, n. 1, p. p.41–65, 2025.

GODOI, Eliamar; SILVA, Roberval Montes da. **Processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa como L2 para surdos: elementos para o ensino de leitura.** Revista Educação e Emancipação, São Luís/MA, v. 6, n. 2, jul./dez. 2013.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues; SILVA, Robson Pereira da. **Estudos Culturais: identidades fraturadas, memória cultural e processos diaspóricos.** São Paulo: Editora Verona, 2021.

GROSSBERG, Lawrence. **Lutando com anjos: os estudos culturais em tempos sombrios.** Matrizes, 9 (2), 13-46, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i2p13-46>. Acesso em outubro de 2025.

HALL, Stuart. **Estudos Culturais: dois paradigmas**. In. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**; organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)/IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE divulga censo sobre pessoas com deficiência no Brasil**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43463-censo-2022-brasil-tem-14-4-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 28 fev. 2025.

IRBER, Eduarda Carolina. **Estudos culturais físicos e feminismo: relações entre corpo, gênero e justiça social**. LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer -UFMG. Belo Horizonte, v.27, n.1, mar/2024.

LARA, Larissa Michelle; RICH, Emma. **Os estudos de cultura física na Universidade de Bath-Reino Unido: dimensões de uma abordagem muito além da fisicalidade**. Movimento ESEFID/UFRGS, v. 23, n. 4, p. 1311, 25 nov. 2017.

MARANI, V. H.; SÁ, A. B. D. S.; LARA, L. M. **Introdução à obra Routledge Handbook of Physical Cultural Studies**, organizada por Michael L. Silk, David L. Andrews e Holly Thorpe. Acta Scientiarum. Education, v. 43, p. e59271, 2021.

MARIZ, Josilene Pinheiro; SAÚDE, Conceição de Maria Costa. **Caminhos visuais na educação de surdos: da semiótica ao visual vernacular**. Revista Educação Inclusiva – REIN. Edição Contínua, v. 10, n. 1, ANO 2025.

NEIRA, Marcos Garcia. LIPPI, Bruno Gonçalves. **Tecendo a Colcha de Retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional**. Revista Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 607-625, maio/ago. 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade Acesso em outubro de 2025.

NEVES, Lucia Pires. **A luta pela inclusão: a trajetória do movimento surdo no Brasil. In cultura surda e educação: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora XYZ. 2021.

PEREIRA FILHO, V. K. S.; IRBER, E. C.; MARANI, V. H. **Corpo, masculinidades e cultura física: mapeamento inicial de pesquisas nos Estudos Culturais Físicos**. Corpoconsciência, v. 27, p. e15076, 2023.

PERLIN, Gladis. **Identidades surdas: Trajetória de criação e validação de um instrumento.** In: Skliar, Carlos. (Org.). **A surdez: Um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, Ronice Muller. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice Müller. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

SANDOLI, F.; MARANI, V. H. **Corpo e Estudos Culturais Físicos: incursões iniciais.** Revista Eletrônica Interdisciplinar, Barra do Garças, v. 15, n. 1, p. 141–151, 2024.

SANTOS, Sérgio Coutinho dos; KABENGELE; Daniela do Carmo; MONTEIRO, Lorena Madruga. **Necropolítica e crítica interseccional ao capacitismo: um estudo comparativo da convenção dos direitos das pessoas com deficiência e do estatuto das pessoas com deficiência.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 81, p. 158-170, abr. 2022.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva.** Belo Horizonte. UFMG, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu (org). **O que é afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2014.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SOARES, M. **Linguagem e escola.** São Paulo: Ática, 1999.

SOUSA, Leonel Lima; GRANDO, Beleni Salete; MARANI, Vitor Hugo. **Desvendando as raízes dos estudos culturais físicos: das reflexões iniciais à institucionalização acadêmica.** Motrivivência, Florianópolis, v. 35, n. 66, p. 1–20, 2023.

SOUSA, R. de L.; LUNA, J. S. de O. **Sensibilizando para a acessibilidade linguística na comunicação: relato de experiência de uma ação de extensão universitária.** Revista ELO – Diálogos em Extensão, v. 13, 2024.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 4 ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016.

WOODWARD, Kathryn et al. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais, v. 15, p. 7-72, 2000.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; RIPOLL, Daniela. **Apontamentos sobre os Estudos Culturais no Brasil**. Educação & Realidade, v.44, p.1-22, 2019.

WRIGLEY, Owen. **The politics of deafness**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO SINALIZADO EM LIBRAS

1. Informações Demográficas (Opcional):

- Idade: _____
- Cor: () branco () pardo () preto () indígena Outro: _____
- Gênero:

() Feminino () Masculino () Transgênero () Outro, qual? _____
- Grau de escolaridade:

() fundamental () médio () superior () pós-graduação
- Se você é surdo, DA, ou outro:

() Surdo () Deficiente auditivo () surdo oralizado
- Frequência de uso do Centro de Interpretação:

() 2 a 3 vezes semanal () 1 vez mensal () Quinzenal () Todos os dias

2. Acesso e Agendamento:

- Como você teve conhecimento do Centro de Interpretação de Libras?

() amigo surdo () rede sociais () TV () grupo associação de surdo (whatsapp)
- O processo de agendamento foi claro e acessível?

() SIM () NÃO () POUCO () TALVEZ
- O tempo de espera para o atendimento foi adequado?

() SIM () NÃO () POUCO () TALVEZ
- O horário de funcionamento do Centro atende às suas necessidades?

() SIM () NÃO () POUCO () TALVEZ

3. Qualidade do Atendimento:

- A comunicação com os intérpretes foi clara e eficaz? Em uma escala de 0 a 10, quantifique quão satisfeito?

Nada satisfeito

Muito Satisfeito

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

4. Serviços Oferecidos:

- Quais serviços do Centro você utilizou? (Interpretação presencial, remota, tradução de documentos, etc.)

() presencial () On-line (web chamada) () In loco

- Área que utilizou os serviços de interpretação de Libras?

() Saúde () Justiça () Trabalho () INSS () Outro _____

- Os serviços oferecidos atenderam às suas necessidades? Em uma escala de 0 a 10, quantifique quão satisfeito?

Nada satisfeito

Muito Satisfeito

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

- Como você avalia a qualidade dos serviços prestados pelo centro?

() Muito positivo () Relativamente boa () Nem positivo nem negativo

() Relativamente ruim () Muito ruim

5. Satisfação Geral e Sugestões:

- Você recomendaria o Centro para outras pessoas?

Nunca recomendaria

Com certeza recomendaria

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Quais aspectos do atendimento você sugere que sejam melhorados?

ANEXO II

Alguns Atendimentos do CMIL




Parto com acompanhamento de Intérprete (pais surdos)

Amistoso inclusivo - Jog de futebol com Surdos, amputados



Fonte: Arquivo Autora
Atendimentos 2023



Hospital do Amor - Exames (Mamografia e Preventivo)



Hospital do Câncer - Exame (PSA)



Hospital do Universitário
Laboratório transexualizador



UBS Noroeste
Acompanhamento de Pai surdo diabético e irmão autista



Exame Colonoscopia CASSEMS

Fonte: Arquivo da Autora
Atendimentos 2023



Entrevista Dia do Surdo



Evento SDHU - Imigrantes

Mutirão todos em Ação
Bairro Vida NovaMediação de acordo
Acidente de carroLançamento do Livro
Dr. Jary Castro - Ir e Vir

Fonte: Arquivo Autora
Atendimentos 2023